

REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

RE

PORTUGAL, Alpoim Alves

«Homens de esperança»

TRIGO, Jerónimo

Alegria e Esperança no serviço do Reino

BISCAIA, Jorge

Exigência e Ascese

DE MARGERIE, Bertrand

O Venerável Bartolomeu dos Mártires

MACCISE, Camilo

*Introdução à Exortação Apostólica
Vida Consagrada – II*

REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| ALPOIM ALVES PORTUGAL | |
| <i>«Homens de Esperança»</i> | 163 |
| JERÓNIMO TRIGO | |
| <i>Alegria e Esperança no serviço do Reino</i> | 165 |
| JORGE BISCAIA | |
| <i>Exigência e Ascese</i> | 183 |
| BERTRAND DE MARGERIE | |
| <i>O Venerável Bartolomeu dos Mártires</i> | 195 |
| CAMILO MACCISE | |
| <i>Introdução à Exortação Apostólica</i> <i>“Vida Consagrada” – II</i> | 218 |

NÚMERO 15

Julho - Setembro 1996

REVISTA DE ESPIRITUALIDADE

Publicação trimestral

Propriedade

Ordem dos Padres Carmelitas Descalços em Portugal

Director

P. Alpoim Alves Portugal
Centro de Espiritualidade
4630 AVESSADAS

☎ 055.534207 – Fax 534289

Conselho da Direcção

P. Agostinho dos Reis Leal
P. Jeremias Carlos Vechina
P. Manuel Fernandes dos Reis
P. Mário da Glória Vaz
P. Pedro Lourenço Ferreira

Redacção e Administração

Edições Carmelo
Rua de Angola, 6
2780 PAÇO DE ARCOS
☎ – Fax 01.4433706

| | |
|------------------------------|------------|
| Assinatura Anual (1996)..... | 2.750\$00 |
| Espanha | Ptas 2.600 |
| Estrangeiro | USA \$ 35 |
| Número avulso | 750\$00 |

Impresso na ARTIPOL - Barrosinhas - 3750 ÁGUEDA

Depósito Legal: 56907/92

«HOMENS DE ESPERANÇA»

ALPOIM ALVES PORTUGAL

«Se Deus é por nós, quem será contra nós? Ele, que não poupou o próprio Filho, mas O entregou por todos nós, como não havia de nos dar também, com Ele todas as coisas?

Quem acusará os eleitos de Deus? Deus, que os justifica? Quem os condenará? Cristo Jesus, que morreu, e ainda mais, que ressuscitou, Ele que está à direita de Deus, Ele que intercede por nós?

Quem poderá separar-nos do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, o perigo ou a espada?».¹

“A esperança nunca morre, não pode morrer”, ouve-se dizer muitas vezes. Mas continua a haver muitos homens e mulheres, uns mais jovens e outros mais velhos, que não deixam de sentir aquela experiência de vazio, de «nada», nas suas vidas. – “Porquê se passa isto comigo?” perguntam; ou muitas vezes nem perguntam nada, tal a vertigem que sentem.

Para parecer mais credíveis, mais abertos às interrogações dos seus irmãos descrentes ou “mal crentes”, alguns cristãos têm a tendência

¹ Rom 8, 31-35.

para dizer hoje que toda a fé autêntica comporta sempre uma parte de dúvida.

– “Em boa hora!”, podem dizer os descrentes quando lêem tais declarações, “aí estão alguns cristãos que se parecem connosco! Tal como nós, eles também conhecem a dúvida!”

Podíamos evocar aqui a «noite» que é comum a todos os grandes místicos: duvidam, em certos momentos, da existência de Deus e do mais-além.

Na aurora, quase, do Centenário da Morte de Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face (Santa Teresinha) a que a nossa Revista de Espiritualidade dedicará alguns números já a partir do próximo, vem a propósito recordarmos aqui, e desde já, a sua experiência acerca, precisamente da “dúvida”: bem, ela, embora prostrada na dúvida, nunca como nessa «noite» fez tantos actos de fé: «*Creio ter feito mais actos de fé de há um ano para cá, do que durante toda a minha vida*, escreve ela no seu último manuscrito. *Em cada nova ocasião de combate, quando o meu inimigo me vem provocar, porto-me com bravura. Sabendo que é cobardia bater-me em duelo, volto as costas ao adversário, sem me dignar olhá-lo de frente; mas corro para o meu Jesus, e digo-Lhe que estou pronta a derramar o sangue até à última gota para confessar que o Céu existe*».²

Se é verdade que aquele que duvida oscila entre a fé e a descrença, aquele que crê não hesita jamais: muito humildemente, com a graça de Deus e sobre a sua Palavra, ele afirma: «eu creio», quer dizer, «eu estou certo, estou seguro».

Teresa de Lisieux abandona-se com confiança nas mãos do Pai. Ele nunca defraudou a sua esperança. Ele saberá bem fazê-la viver para sempre junto d'Ele, mesmo se ela não vê como se pode efectuar essa passagem misteriosa. Não conta absolutamente para nada com as suas próprias forças para resistir às tentações de dúvida. E não se fica na prova: oferece-a por aqueles com quem partilha a sua «noite»: os ateus, os «incrédulos». E espera confiadamente continuar esta oração por todos os seus irmãos, descrentes ou não, depois da sua morte .

² Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, *História de uma Alma. Manuscritos Autobiográficos*, Ed. Carmelo (Paço de Arcos 1996), p. 273.

ALEGRIA E ESPERANÇA NO SERVIÇO DO REINO

JERÓNIMO TRIGO

Porquê falar da alegria e da esperança? Quando nos propomos reflectir e falar, é porque há algo que nos inquieta, alguma coisa que nos preocupa. A alegria e a esperança serão problemas para nós, cristãos e religiosos, nas circunstâncias em que vivemos? Parece que sim.

Têm uma dimensão teológica e espiritual relevante? Sobre a esperança não restam dúvidas. Todos sabemos que a esperança é uma virtude teológica. Sobre a alegria as dúvidas são maiores. Efectivamente nos livros de devoção e de espiritualidade, nos tratados de Teologia, nos sermões dos pregadores, nas homilias e comentários, na mentalidade difusa, a alegria não é um tema que habitualmente mereça um tratamento teológico e espiritual. Talvez porque se pretende um distanciamento das alegrias «mundanas» que, realmente, não coincidem em tudo com a alegria cristã. Às vezes, é referida sobretudo para alertar os «perigos» que pode levar consigo, se não se demarcar bem das alegrias suspeitas do «mundo». É daquelas realidades que, por ser ambivalente, ou assim se pensar, necessita do necessário distanciamento. Um pouco como o prazer.¹ Por dois motivos principalmente: um sentimento existencial,

¹ Cfr. J. Trigo, «A moral do prazer e a sua incidência na vida consagrada», *Vida Consagrada*, X, Abril, 1990, pp. 83-102.

sempre presente, e um certo tipo de espiritualidade e de pregação, muito frequente, ao longo dos últimos séculos.

Sofrimentos e angústias da vida e espiritualidade do medo

O homem descobre e sente os males que afligem a humanidade, as sociedades, as famílias, e cada um sabe aqueles que o tingem na sua vida pessoal. A estes os cristãos acrescentam os males da Igreja, e os religiosos os do seu Instituto.

Como é possível falar de alegria e de esperança, perante tantos males físicos e morais: a pobreza, a fome, o analfabetismo, a doença, a guerra, a violação dos direitos humanos, os desastres naturais, as mortes imprevistas e violentas, as debilidades, as discrepâncias, a inveja, o ódio, a pouca adesão à mensagem cristã, a quebra contínua da prática religiosa, a falta de vocações sacerdotais e religiosas, o envelhecimento inexorável do clero, dos religiosos e das religiosas? Daí, falar de alegria ou de lágrimas?

A vida do homem é composta de muitos sofrimentos, de muitas lutas, com alguns intervalos de alívio e de repouso. É um alterar-se contínuo de luz e de sombras, de conforto e de desespero, de riso e de pranto. Os primeiros, contudo, nunca fazem desaparecer a presença e a recordação dos segundos. É uma vida de fadiga, de combate e de luta, a vida do homem. Com vitórias é certo; mas não exclui feridas e derrotas, às vezes, de grande vulto.

Dificuldades expressas já, magistralmente, no Livro de Job. Vale a pena citar, como atitude existencial emblemática. «O homem está na terra a cumprir duro serviço, a sua vida é semelhante à dum assalariado. Como um escravo, suspira pela sombra, como um assalariado, anseia pela paga. A sorte que me coube foram meses a esperar em vão; o que me deram foram noites de sofrimento. Quando me deito, penso; ‘quando conseguirei levantar-me? A noite é longa e farto-me de dar voltas até de manhã (...) Os meus dias passam mais rápidos que uma lançadeira, e chegam ao fim sem qualquer esperança. Lembra-te de que a minha vida é como o vento e nunca voltarei a ver a felicidade (...) Como nuvem que

se desfaz e desaparece, também aquele que morre nunca mais volta. Não regressa mais à sua casa; ninguém mais o volta a ver na sua morada. Por isso não vou deixar de falar; falarei da angústia que me oprime; darei a conhecer a minha amargura» (Job 7, 1-11). O sentido do ânimo do homem, hoje, exprime-se melhor pelo binómio «alegria-esperança» ou «tristeza-angústia»?

A estes estados de espírito, sentidos às vezes de forma tão angustiante e deprimente, juntou-se uma espiritualidade pouco animadora e motivadora. O historiador Jean Delumeau expõe em dois estudos, com títulos já por si significativos, profundamente documentados, a espiritualidade dos séculos da chamada Contra Reforma, depois do Concílio de Trento, no século XVI, e a pastoral que lhe correspondia.²

Do *Le péché et la peur* vale a pena percorrer, mesmo rapidamente, os títulos, divisões e subdivisões, e fazer algumas citações da parte intitulada «a pastoral do medo» nos «países católicos». Os pontos que salientamos são os seguintes:

«*Pensei bem nisto[na morte]*».³ É um tema importante e recorrente na pregação cristã e nos exercícios de piedade. Paralelamente, verifica-se o aparecimento, o êxito e a difusão de obras que levavam por título «preparação para a morte» ou similar. O autor fala de dois tipos de pastoral: a «pastoral do medo» e a «pastoral da sedução», em que a primeira é de longe, prevalente, e não hesita em falar de uma «pastoral terrorista», embora, reconhece, aparecesse também, aqui e além, em muito menor grau, alguma doçura. Um exemplo emblemático pode ser uma oração para fazer à noite, ao deitar, ensinada às alunas de um Colégio dirigido por uma Congregação religiosa: «Ai de mim! Eis de que modo o meu corpo será colocado um dia na sepultura, para aí ser comido pelos vermes. Ó meu Deus, como o homem é insensato, ao trabalhar apenas para este corpo, que dentro em breve será reduzido ao pó, e ao negligenciar a sua alma, que é imortal».

*Os suplícios do além: o inferno e o seu fogo.*⁴ Os pregadores «detêm-se, da melhor vontade, na evocação aterrorizada dos suplícios

² *La Peur en Occident (XIV-XVIII siècles); une cité assiégée*, Fayard (Paris 1978); *Le péché et la peur; la culpabilisation en Occident (XIII-XVIII siècles)*, Fayard (Paris 1983).

³ J. Delumeau, *Le péché*, pp. 389ss.

⁴ *Ibidem*, pp. 416ss.

do além túmulo». A estrutura quase invariável dos sermões sobre o inferno revela três grandes insistências esteriotipadas, relativas às penas sofridas pelos condenados. Eles sofrerão espiritualmente, corporalmente e com uma duração infinita e horrível. Com exemplos terríficos, mostram, às vezes com inúmeros pormenores, os suplícios infernais. Também um exemplo, agora de um colégio de rapazes, orientado por outra Congregação religiosa. Trata-se de uma canção: «Ó morte, ó juízo / Ó condenação / Ó sentença definitiva / Ó separação. Ó braseiro / ó eternidade / ó reprovação / Ó raiva / ó desespero / ó desolação». A pregação sobre o purgatório cai na «infernalização», isto é, na tendência mais para dramatizar do que para minimizar os sofrimentos do purgatório. Este é visto mais como caminho para o inferno do que para o céu.

*Um Deus com «olhos de lince», que exerce o juízo e a vingança.*⁵ Um Deus infinitamente bom que, contudo, pune terrivelmente; a sua vingança é impiedosa. As catástrofes naturais são, muitas vezes, entendidas como castigos, pelo facto de os homens, de algum modo, terem rompido a ordem moral, estabelecida por Deus. As descrições apocalípticas do fim do mundo, são particularmente relevadas. Uma perspectiva catastrofista faz grandes paráfrases aos textos de Lc 21, 8-38 e Mt 24, 1-51. Geram medo e acobramento. O juízo final é enfatizado em termos de «exame de rigor inimaginável», de «tribunal supremo», de «prestar contas», de «executor terrível». Um leitmotiv constantemente utilizado numa homilética angustiante é a citação de Heb 10, 31: «horrendo é cair nas mãos do Deus vivo». Uma outra afirmação comum é a de que, terminada a nossa vida, a misericórdia de Deus se detém; a bondade divina tem limites. «O ritual romano dos funerais, de 1616, reduzia ou suprimia os textos que inspiravam confiança em Deus, esperança do céu e paz da alma. Inversamente, os que exprimiam o medo foram postos em relevo».

*Pecado e pecados.*⁶ O tema do pecado é central na espiritualidade e na Teologia Moral. Fazem-se classificações pormenorizadas. Evidencia-se tanto as possibilidades do pecado e da condenação, que quase se esquece a centralidade da mensagem salvadora da fé. Insiste-se na

⁵ *Ibidem*, pp. 447ss.

⁶ *Ibidem*, pp.471ss.

obrigatoriedade da confissão, realizada segundo uma perspectiva judicial e casuística, nas confissões sacrílegas e nas comunhões indignas.

*Um modelo ascético.*⁷ Nele, as privações, o castigo do corpo, dos sentidos e das suas manifestações, assumem uma dimensão importante. Outro aspecto deste tipo de ascese é a recusa da diversão e da festa. Pergunta-se: o riso é uma expressão cristã? Uma frase muitas vezes repetida é a de que «Jesus nunca se riu», mas sabe-se que chorou. Se Jesus nunca se riu, o cristão pode não imitar o seu Mestre? Para lá de uma «honesta recriação», que permite depois trabalhar e orar melhor, deve-se banir toda a manifestação festiva. Há expressões que são bem significativas: «Nós conhecemos a alegria no além, hoje no mundo corrompido, em que estamos de passagem, é o esforço, a aflição, a tensão para a pátria definitiva». «Um verdadeiro cristão está na alegria quando tem que sofrer algumas aflições, porque o verdadeiro carácter de um cristão é o sofrimento».

Sobre o riso, impróprio do homem, fala o P. António Vieira. «Confesso – diz – que a primeira propriedade do racional é o risível; e digo que a maior propriedade da razão é o riso. O riso é o sinal do racional, o pranto é o uso da razão. Para confirmação desta, que julgo, evidência, não quero mais prova do que o mesmo mundo, nem menor prova do que o mundo todo. Quem conhece verdadeiramente o mundo, precisamente há-de chorar; e quem ri e não chora não o conhece. Que é este mundo, senão um mapa universal de misérias, de trabalhos, de perigos, de desgraças, de mortes? E à vista de um teatro imenso, tão trágico, tão funesto, tão lamentável, aonde cada reino, cada cidade e cada casa continuamente mudam a cena; aonde cada sol que nasce é um cometa, cada dia que passa é um estrago, cada hora e cada instante mil infortúnios; que homem haverá (se acaso é homem) que não chore? Se não chora, mostra que não é racional; e se ri, mostra que também são risíveis os animais (...).

Nasce o homem, diz Plínio, já chorando; e sem outra culpa mais, que por haver nascido, fica condenado a perpétuo pranto. Começa a vida e o pranto justamente para que se saiba que, se vem a este mundo, vem para chorar. O mais aprenderá depois, porque é arte. Para o pranto nasce já ensinado, porque é natureza. Nada mais expontâneo à natureza do que chorar. Esta é a sentença irrefragável da natureza; é esta a natureza dos mortais. É o homem risível, mas nascido para chorar,

porque se a primeira propriedade do racional é o risível, o exercício próprio do mesmo racional e o uso da razão é o pranto.

E se alguém me replicar que, se o homem não risse ficaria ociosa a potência de rir, contra o fim da mesma natureza, a uma instância tão forte, não posso responder só como filósofo natural, mas responderei como filósofo cristão. Respondo e pergunto: se o homem pela transgressão não tivesse perdido a felicidade em que foi criado, choraria ou não? É certo que nunca chorariam os homens se fossem conservados naquele estado, e as lágrimas, que agora há, não as haveria então. Logo, se na felicidade daquele tempo estaria ociosa a potência de chorar; na miséria deste tempo, esteja ociosa a potência de rir». ⁸ Isto é: o homem foi feito para rir, mas pecou e a infelicidade abateu-se sobre ele e sobre o mundo, e, portanto, deixou de haver motivo para rir, para estar alegre. Enfim, é a espiritualidade do «gemendo e chorando neste vale de lágrimas».

Na severa Igreja da Contra-Reforma, da Igreja pós-tridentina, pregam-se largamente os temas do pequeno número dos eleitos, do inferno e do Deus justiceiro. Uma religião não de alegria, mas de dor, de sofrimento e de medo. Nietzsche, no seu estilo demolidor, denuncia: «os sacerdotes quiseram viver como cadáveres, amortalharam de negro o seu cadáver; e até nos seus discursos percebo o odioso mofo das câmaras mortuárias (...). Seria preciso entoarem-se melhores cânticos, para me fazerem acreditar no seu Salvador; seria preciso que os seus discípulos tivessem mais aparência de redimidos. Queria vê-los nus: porque só a beleza devia pregar o arrependimento». ⁹

Perante o que ficou dito, não podemos deixar de concordar com a afirmação de Johannes Metz: «A Teologia parece ter-se ocupado sempre muito mais e de uma forma mais convicta com a tristeza e o infortúnio (...) do que com a felicidade da alegria cristã». ¹⁰

⁷ *Ibidem*, pp. 489ss.

⁸ «Lágrimas de Heraclito defendidas em Roma contra o riso de Demócrito», in P. António Vieira, *Obras Escolhidas*, VII, *Obras Várias*, V, Sá da Costa (1953) pp. 130. 145-146.

⁹ F. Nietzsche, *Assim falava Zaratustra*, Ed. Reunidos (Lisboa 1994) p. 77.

¹⁰ «Editorial», *Concilium*, 95, 1974/5, pp. 559-560. O tema geral do número é sobre a alegria. Por outro lado, e um tanto paradoxalmente, não podemos deixar de recordar que na tradição espiritual, um dos pecados capitais é o pecado da acédia, que vulgarmente se traduz por preguiça. Mas é mais do que isso. É um conceito bastante amplo. Muitas vezes é entendida como uma tristeza opressora, uma depressão tal, que leva a que se perca a vontade de fazer o que quer que seja. Uma apatia e indolência espirituais, que entram em contradição com o amor

A alegria no Senhor

Convenhamos que, na sua provocação, não pode deixar de ser um repto. O Papa Paulo VI falou várias vezes da dimensão da alegria na vida da Igreja e dos cristãos. Basta recordar alguns pronunciamentos: Na primeira encíclica do seu pontificado, a *Ecclesiam Suam*, de 1946, «sobre os caminhos da Igreja: a consciência, a renovação e o diálogo», escreve: «Antes da Igreja se propor o estudo de qualquer questão em particular, e de considerar a atitude que deve tomar perante o mundo que a circunda, deve neste momento reflectir sobre si mesma, para se confirmar no conhecimento dos desígnios divinos a seu respeito. Para encontrar mais luz, nova força e maior alegria, no cumprimento da própria missão» (I Parte).

Na Páscoa de 1969 dizia: «o cristianismo é a alegria: a fé é a alegria; Cristo é a alegria, a verdadeira alegria do mundo», e em 19 de Abril de 1972: «O cristão não conhece a angústia, o desespero no qual parece cair o espírito moderno. A alegria, a verdadeira alegria, a alegria do coração, é um tesouro próprio do cristão».

No ano santo de 1975, nas vésperas do Pentecostes, publica uma Exortação Apostólica, *Gaudete in Domino*, «sobre a alegria cristã». Confidencia-nos o Papa: «experimentámos como que uma ditosa necessidade interior de vos dirigir (...) uma Exortação Apostólica, cujo tema fosse, precisamente, a alegria cristã, a alegria no Espírito Santo. Será como que uma espécie de hino à alegria divina, que nós queríamos entoar, com o fim de esse mesmo hino servir para encontrar um eco no mundo inteiro e, desde logo, na Igreja».¹¹ Paulo VI fala de diferentes graus de alegria: «O homem experimenta a alegria quando se encontra em harmonia com a natureza, e, sobretudo, no encontro, na partilha e na comunhão com outrem. Com muita mais razão, pois, chegará ele a conhecer a alegria e a felicidade espiritual, quando o seu Espírito entra na posse de Deus».

para com Deus, com a alegria de pertencer a Deus. É o vício que se opõe à alegria da caridade, à alegria de Deus. O *Catecismo da Igreja Católica*, de 1992, diz: «a acédia ou preguiça espiritual vai até recusar a alegria que vem de Deus e aborrecer o bem divino» (2094).

¹¹ Dado que a Exortação Apostólica não tem numeração, e porque não é extensa, não damos mais nenhuma indicação para situar as passagens citadas.

As situações de dificuldade «não nos hão-de impedir de falar da alegria, de esperar pela alegria; antes pelo contrário. É no meio das desgraças que os nossos contemporâneos precisam de conhecer a alegria e de ouvir o seu cântico». O primeiro passo está «na necessidade de um paciente esforço de educação para aprender, ou então, reaprender a saborear simplesmente as múltiplas alegrias humanas, que o Criador coloca, já agora, ao longo dos nossos caminhos (...). O cristão poderá purificá-las, completá-las e sublimá-las; mas ele não haverá nunca de as desdenhar. A alegria cristã supõe uma pessoa capaz de experimentar alegrias naturais. Foi a partir destas, de facto, que, muitas vezes, Cristo anunciou o Reino de Deus».

Mas a alegria cristã, como realidade existencial e como objecto de reflexão teológica, tem outra dimensão que a leva a situar-se num nível diferente. Tem uma referência directa à revelação do amor de Deus. Foi anunciada e experimentada pelo Povo do Antigo Testamento: «a alegria da páscoa mosaica (...). A alegria sempre bem actual, cantada amiúde pelos salmos: a alegria de viver com Deus e para Deus».

Neles, quantas expressões de exultação! Quantos incitamentos à alegria, ao júbilo na recordação de Deus, da sua majestade, da sua sabedoria, da sua onnipotência, da sua bondade sem limites. Pela aliança, pela indefectibilidade das suas promessas, pela maravilhosa providência do mundo, pelos grandes prodígios operados em favor do seu povo. O salmista exclama: «Aclamai ao Senhor toda a terra; servi o Senhor com alegria; vinde à sua presença com cânticos de júbilo» (Sl 100, 1-2). A alegria é também um tema sapiencial, que deriva, quer da experiência de vida, quer da reflexão na presença do Deus vivo (cf. Ben Sirá, 30, 21-25). A alegria plena, contudo, manifesta-se e vive-se no mistério da Trindade divina, revelado por Jesus Cristo no Novo Testamento.

O Papa Paulo VI fala do mistério da vida trinitária em termos de amor e em termos de alegria: «Existe uma relação de amor incomunicável, que se confunde com a existência de Jesus como Filho, e que é o segredo da vida trinitária: o Pai aparece como aquele que se dá ao Filho, sem reservas e sem intermitências, num impulso de generosidade jubilosa, e o Filho como aquele que se dá do mesmo modo ao Pai, com um impulso de gratidão alegre, no Espírito Santo».

Deus, contudo, não vive fechado em si e para si. Entra na história dos homens; comunica-se-lhes. É Deus que vem ao homem. Em primeiro

lugar na criação, depois na história da salvação, vivida pelo Povo de Israel em relação de Aliança, na qual a alegria já sentida e a alegria messiânica esperada, têm lugar significativo, e, depois e definitivamente, em Jesus Cristo. Por meio dele dá-se uma radical intervenção de Deus no mundo e no homem. Com a morte e ressurreição de Cristo manifestou-se a liberdade e a potência do Espírito divino a intervir no criado. O homem torna-se uma realidade nova, que deixa para trás o passado, assumindo a forma de uma existência semelhante a Deus. O encontro de Deus com o homem dá-se no seu interior; Deus habita nele – a inabitação – santifica-o, diviniza-o, comunica-lhe aquilo que é: amor e alegria.

Os escritos joaninos são particularmente explícitos, a propósito da imagem da «inabitação». Afirma Jesus no Evangelho: «Se alguém me ama, guardará a minha Palavra; meu Pai amá-lo-á, viremos a ele e faremos nele a nossa morada» (Jo 14, 23), e no Apocalipse, o anjo da Igreja, símbolo de Cristo ressuscitado, diz: «eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele e ele comigo» (Ap 3, 20; cf. «que Cristo habite pela fé nos vossos corações», Ef 3, 17; «Cristo habita em vós», Rom 8, 10; «já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim», Gal 2, 20).

Esta inabitação de Deus no homem torna-o santo, isto é, participante da natureza divina. Escreve a Constituição *Lumen Gentium*, num texto infelizmente pouco citado: «Os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio, mas pela vontade e graça de Deus, são feitos, pelo Baptismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina, e, por conseguinte, realmente santos. É necessário, portanto, que, com o auxílio divino, conservem e aperfeiçoem, vivendo-a, esta santidade que receberam» (LG 40).

A alegria dom e fruto do Espírito Santo

A acção de transformação ontológica operada no homem é acção de Deus. Mas, segundo o princípio da apropriação, isto é, a atribuição como própria a uma pessoa divina, da realidade comum às três, é obra

do Espírito Santo. S. Paulo repete-o com insistência: nós somos templo do Espírito Santo: «Sois templo de Deus e o Espírito de Deus habita em vós (...) O templo de Deus, que sois vós, é santo» (1Cor 3, 16-17), ou «o amor de Deus foi derramado nos nossos corações» (Rom 5, 5), ou ainda: «o Espírito de Deus habita em vós», Rom 8, 9). O batizado é inabitado pelo Espírito Santo, é «participante do Espírito Santo» (Heb 6, 4). O Concílio Vaticano II sintetiza: «O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo, e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos» (LG 4).

Esta dimensão fundamental da antropologia cristã é acentuada, com vigor, pelo Papa João Paulo II, na Encíclica *Dominum et Vivificantem*, de 1986, sobre «O Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo»: «Na verdade, recebemos o espírito de adopção filial pelo qual bradamos: Abbá, ó Pai (Rom 8, 15). Esta filiação divina, enxertada na graça santificante, é obra do Espírito Santo. ‘O próprio Espírito atesta ao nosso espírito que somos filhos de Deus. E se somos filhos, somos igualmente herdeiros: herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo’ (Rom 8, 16-17). A graça santificante é no homem o princípio e a fonte da vida nova: a vida divina sobrenatural (...). Os homens ‘tornam-se participantes da natureza divina’ (cf. 2Ped 1, 4). Deste modo, a vida humana é impregnada pela participação na vida divina e adquire também, dimensão divina, sobrenatural» (DV 52). E mais adiante: «Pelo dom da graça, que vem do Espírito Santo, o homem entra numa ‘vida nova’; é introduzido na realidade sobrenatural da própria vida divina e torna-se ‘habitação do Espírito Santo’, ‘templo vivo de Deus’ (Rom 8, 9; cf. 1Cor 6, 19). Pelo Espírito Santo, o Pai e o Filho vêm a ele e fazem nele a sua morada (cf. 2Jo 1, 14.23). Na comunhão de graça com a Santíssima Trindade, dilata-se o espaço vital do homem, elevado ao nível sobrenatural da vida divina» (DV 58).

Da inabitação do Espírito em nós resulta a possibilidade de «saborar a alegria propriamente espiritual, que é um fruto do mesmo Espírito Santo (cf. Gal 5, 22; Rom 14, 17). Essa alegria consiste em encontrar repouso e uma íntima satisfação na posse de Deus, Trindade Santíssima, e, ainda, na caridade que dele promana: por isso, esta alegria caracteriza todas as virtudes cristãs. As humildes alegrias humanas, que se encontram ao longo dos nossos caminhos, como sementes de uma realidade mais alta, são transformadas», como diz a *Gaudete in Domino*.

A alegria do cristão não é, assim, apenas uma disposição psicológica ou temperamental, nem sequer, simplesmente uma virtude, mas o fruto da vida em Cristo. Ter ou não ter alegria, ser ou não ser alegre, não é apenas uma questão de psicologia, mas uma questão espiritual. A alegria provém do Espírito do Ressuscitado. Cristo, vencedor da morte, não pode deixar de comunicar uma alegria permanente àqueles que vivifica. Lê-se na Exortação sobre a alegria cristã: «Desde a glorificação do Filho, Jesus está vivo para sempre na glória do Pai; foi por isso que os discípulos ficaram tomados por uma grande alegria, que não lhes pode ser arrebatada, ao verem o Senhor (...). A alegria pascal não é somente a de uma transformação possível: é a alegria da nova presença de Cristo ressuscitado. Ao dar aos seus o Espírito Santo, para que fique com eles, o Espírito Paráclito é dado, assim, à Igreja, como princípio inexaurível da sua alegria de esposa de Cristo glorificado».

O homem e o mundo estão iluminados, já agora, pela luz da manhã da Páscoa. É a alegria da Páscoa, unida, aliás, à glória dos anjos e à alegria dos pastores na noite de Natal: anúncio à humanidade da grande alegria do amor de Deus, da presença corpórea, da manifestação de Deus como Salvador, para um novo modo de ser humano. A vida do cristão é alegria, porque implica novas relações íntimas e comunhão de vida com a família trinitária. É o mistério da divinização, da participação na natureza divina, que subjaz à nossa alegria. Participantes da filiação divina adoptiva, estamos já na vida eterna. Esta já começou: «Quem ouve a minha Palavra e acredita naquele que me enviou tem a vida eterna e não incorre em condenação, mas passou da morte à vida» (Jo 5, 24; cf. Jo 3, 36; 6, 47). A alegria espiritual, a alegria em plenitude, começa já aqui.

Afirma S. João: «A vida manifestou-se, nós vimo-la, damos testemunho dela e anunciamos-vos esta vida eterna, que estava no Pai e que nos foi manifestada. A nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo (...). Escrevo-vos estas coisas para que a vossa alegria seja completa» (1Jo 1, 2-3; cf. 2Jo 1, 12). E no Evangelho: Como o Filho permanece no Pai, assim os discípulos hão-de permanecer no Filho; «digo-vos isto para que a minha alegria esteja em vós e a vossa alegria seja completa» (Jo 15, 11). Os discípulos são chamados a participarem da alegria do Mestre. Jesus quer que tenham «a sua alegria em plenitude» (Jo 17, 13).

A alegria torna-se num elemento-medida da perfeição cristã: «O reino de Deus, escreve Paulo, consiste em justiça, paz e alegria no Espírito Santo» (Rom 14, 17). Comenta S. Tomás de Aquino: «Já que o Reino de Deus é constituído por justiça, paz e alegria interiores, todos os actos externos que se opõem à justiça, à paz e à alegria espirituais são contrários ao Reino de Deus, e, portanto, devem rejeitar-se no Evangelho do Reino». ¹² A alegria é um sinal da resposta à graça; é um sinal de autenticidade cristã.

S. Agostinho, numa passagem das *Confissões*, ressalta a vida em Deus, a beatitude, da qual brota a felicidade e a alegria. Quem não parte destes pressupostos tem dela apenas uma ténue imagem. «Longe de mim, Senhor, longe do coração deste teu servo, que se confessa a ti, o julgar-se feliz com qualquer tipo de alegria. Há uma alegria que não é concedida aos que vivem afastados de ti, mas só àqueles que, desinteressadamente, te servem: essa alegria és tu. A vida feliz consiste em nos alegrarmos a partir de ti, em vista de ti e por causa de ti (*gaudere de te, ad te, propter te*). Eis a vida feliz, e não há outra. Os que julgam que existe outra apegam-se a uma alegria que não é a verdadeira. Contudo a sua vontade jamais se afastará de alguma imagem de alegria». ¹³

A realização plena da alegria verificou-se na Virgem santa Maria. Nela realizou-se, desde a concepção, a santidade radical; ela é a «cheia de graça» (Lc 1, 28), a fecundada pelo Espírito Santo, o ventre onde se «hospedou» o Filho. É ela que leva a alegria messiânica a sua prima; pela sua saudação «o menino (João) saltou de alegria» no seio de sua mãe. O seu cântico de louvor está imbuído pela alegria de quem se sabe toda possuída por Deus: «a minha alma glorifica ao Senhor e o meu espírito exulta em Deus meu Salvador» (Lc 1, 46-47). Os cristãos invocam-na como «causa da nossa alegria».

¹²I-II, q. 108, ad 2.

¹³*Confissões*, X, 22.

Viver na alegria

Eis alguns âmbitos mais concretos, onde se actua a alegria na sua dimensão espiritual profunda.

A alegria realidade quotidiana. Afirma Paulo VI: «O Espírito Santo que habitava em plenitude na pessoa de Jesus e o tornava, durante a vida terrena, tão atento às alegrias da vida quotidiana (...) continua a dar hoje a tantos e tantos cristãos a alegria de viverem, dia a dia, a sua vocação particular na paz e na esperança, que sobrepujam os reveses e os sofrimentos. É este espírito de Pentecostes que impele, ainda nos dias de hoje, inumeráveis discípulos de Cristo pelos caminhos da oração, na alegria de um louvor filial, assim como para o serviço, humilde e alegre, dos deserdados e dos que estão postos à margem da nossa sociedade. A alegria, de facto, não pode separar-se da partilha com os outros. No próprio Deus tudo é alegria porque tudo é dom».

É necessário que os crentes tenham consciência de terem sido redimidos gratuita e definitivamente. Os cristãos precisam de aprender a viver a alegria dos que se sabem libertos do mal, pela acção misericordiosa de Deus, actuada no Mistério Pascal e na efusão do Espírito Santo.

A esperança. Já vivemos na vida eterna, já partilhamos da natureza divina, já vivemos na alegria, mas ainda as não atingimos plenamente. A vida cristã é também concebida como a vigília confiante da eternidade. Pela virtude teologal da esperança, o baptizado projecta-se para a outra vida. A vida presente converte-se em vigília de uma grande realização, da beatitude, de uma grande festa e, por isso, em expectativa alegre e impaciente. O cristão é «alegre na esperança» (Rom 12, 12). Conduzido pela sua alegria transbordante, exclama: «regozijemo-nos, alegremo-nos e demos-lhe glória, porque chegaram as núpcias do Cordeiro, a sua esposa já está preparada. (...) Felizes os que foram convidados para o banquete das núpcias do Cordeiro» (Ap 19, 7.9).

A criação inicial, a obra da redenção, a nova criação, projectam-se em vista da perfeição última: «Vi a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, de junto de Deus, bela como uma esposa, que se adornou para o seu esposo. E ouvi outra grande voz, que saía do trono e que dizia: ‘eis aqui o tabernáculo de Deus entre os homens! Habitará com

eles, serão o seu povo e o próprio Deus estará com eles. Ele enxugará as lágrimas dos seus olhos; não haverá mais morte, nem pranto, nem gritos, nem dor, porque as primeiras coisas passaram! Então, o que estava sentado no trono disse: 'eu renovo todas as coisas'», Ap 21, 2-5). Assim, não haverá nada mais anti-cristão do que a desconfiança, o desânimo e o cansaço. A exortação que traduz o sentido da vida é esta: «que o Deus da esperança vos encha plenamente de alegria e de paz na vossa fé, para que abundeis na esperança, pela virtude do Espírito Santo» (Rom 15, 13; cf. 1Tes 4, 13).

Uma alegria tão profunda e resistente é capaz de mobilizar. O cristão, assim, caminha com passo firme; ultrapassa o negativo e a dor. Nada do mundo o pode perturbar profundamente. O cristão, como Paulo, pode usar uma linguagem aparentemente paradoxal: «gloriar-se inclusivamente na tribulação» (Rom 5, 3), porque «está certo de que os sofrimentos do tempo presente nada são em comparação com a glória que há-de revelar-se em nós» (Rom 8, 18). Ou como se exprime a primeira carta de S. Pedro: «não vos perturbeis com o fogo da provação (...). Pelo contrário, alegrai-vos em serdes participantes dos sofrimentos de Cristo, para que vos possais alegrar no dia em que for manifestada a sua glória» (1Ped 4, 13).

O sofrimento e a dor. Apesar de já vivermos na vida nova como ressuscitados, o sofrimento, a dor e o fracasso fazem parte das nossas vidas. Efectivamente, como afirma a *Gaudete in Domino*, «neste mundo, a alegria do Reino, tornado realidade (já presente), não pode brotar a não ser da celebração conjunta da morte e da ressurreição do Senhor. É o aspecto paradoxal da condição cristã, que ilumina, de maneira singular o da condição humana, considerada em geral. Nem as provações, nem os sofrimentos são eliminados deste mundo; mas tais coisas assumem um sentido novo, à luz da certeza de que podem ser participação na redenção operada pelo Senhor, e meio para vir a partilhar a sua glória». (...) Aqui, neste mundo, a alegria incluirá sempre, de alguma forma, a dolorosa experiência da mulher, a braços com os trabalhos do parto, e um certo abandono aparente, comparável ao dos órfãos: choros e lamentações, enquanto que o mundo ostentará uma falsa satisfação. No entanto, a tristeza dos discípulos, que é segundo Deus e não segundo o mundo, virá a mudar-se repentinamente numa alegria que ninguém lhe arrebatará (cf. Jo 16, 20-22; 2Cor 1, 4; 7, 4-6)». Este é o «estatuto da existência cristã», «e de uma maneira muito particular, da vida apostólica.

Esta, porque é animada por um amor instante pelo Senhor e pelos irmãos, desenrola-se necessariamente sob a marca do sacrifício pascal, indo, movida pelo Amor, até à morte, e, pela morte passará à vida e ao amor. O cristão e o apóstolo (...) há-de associar-se livremente à paixão do redentor».

Assim o tinha já anunciado o Mestre na sua proposta de felicidade: «Bem-aventurados sereis quando vos insultarem e, mentindo, disserem todo o género de calúnias contra vós, por minha causa. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa no céu; porque também assim perseguiram os profetas que vos precederam» (Mt 5, 11-12).

O homem novo, mesmo nas tribulações, mantém no coração a graça de se alegrar porque Deus está nele. «Não temas», repete tantas vezes Deus na Escritura. É a alegria comunicada aos discípulos e que, cheios de medo, se «alegraram ao verem o Senhor» (Jo 20, 20). Falando aos discípulos antes da crucifixão, Jesus introduz o tema da alegria: «Se guardardes os meus mandamentos, permaneceréis no meu amor, do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e permaneço no seu amor. Disse-vos isto para que a minha alegria esteja em vós e a vossa alegria seja completa» (Jo 15, 10-11). Olhando para o futuro diz-lhes: «Agora, na verdade, sentis tristeza, mas eu hei-de ver-vos de novo. O vosso coração alegrar-se-á e ninguém vos poderá tirar a vossa alegria» (Jo 16, 22). Na sua oração de adeus, Jesus entrega os discípulos nas mãos do Pai «para que tenham em si mesmos a plenitude da minha alegria» (Jo 17, 13).

A actividade apostólica. Anunciar o Evangelho é anunciar a Boa Nova da alegria, de que temos falado. Não se trata, apenas, de testemunhar com alegria, com um estado de ânimo que confira garantia, mas de fazer dela objecto do próprio anúncio. Escreve Paulo VI: «A alegria, vasta e profunda, difundida já a partir deste mundo no coração dos verdadeiros fiéis, não pode deixar de aparecer senão como ‘algo de si mesmo difusivo’, do mesmo modo que a vida e o amor, de que ela é um ditoso sintoma. Esta alegria resulta de uma comunhão humano-divina e aspira constantemente por uma comunhão cada vez mais universal. Ela não poderia de maneira alguma constituir incitamento para aquele que a saboreasse numa certa atitude de debruçar-se somente sobre si próprio. Ela confere, de facto, ao coração uma abertura católica para o mundo dos homens, ao mesmo tempo que o punge com a nostalgia dos bens

eternos. Ela faz com que os fiéis cristãos aprofundem a consciência da sua condição de exílio; mas defende-os da tentação de desertar do local do próprio combate pelo advento do Reino. Ela faz com que eles se desembarquem, activamente, no sentido de alcançar a consumação celeste das núpcias do Cordeiro».

Como o pastor da ovelha perdida e depois reencontrada, e como a mulher da dracma perdida, também ela reencontrada (cf. Lc 5, 1-10), quem encontrou a alegria é impelido a dar conhecimento ao próximo e a convidá-lo a alegrar-se com ele. Alegrar-se, mas também estar atentos ao mundo e às suas «alegrias e esperanças, tristezas e angústias» (GS 1).

A Eucaristia. Na comunidade cristã a participação na alegria do Senhor está ligada à Eucaristia. É uma acentuação da Exortação de Paulo VI. Na vida dos cristãos a «participação na alegria do Senhor não é separável da celebração do Mistério Eucarístico, no qual eles são alimentados e dessedentados pelo Corpo e Sangue do mesmo Senhor. E, bem sustentados, assim, quais viandantes na estrada da eternidade, eles recebem já, sacramentalmente, as primícias da alegria escatológica».

A Eucaristia é a celebração do mistério pascal de Jesus. «Na sua paixão, morte e ressurreição, Cristo recapitula em si a história do homem todo e de todos os homens, com os seus pesos de sofrimentos e de pecados, assim como com as suas possibilidades de superar-se e de santidade». Por isso a celebração da Eucaristia dominical, deve ser uma celebração com alegria. «Que a participação nessa celebração seja, ao mesmo tempo, digna e festiva. É Cristo crucificado e glorificado que passa entre os seus discípulos para os conduzir consigo e todos juntos na renovação da sua Ressurreição. É o ápice, aqui neste mundo, da Aliança entre Deus e o seu povo: sinal e fonte da alegria cristã e preparação para a festa eterna».

A vida consagrada. Tudo o que acabamos de dizer concerne evidentemente também à vida consagrada. Os religiosos, por razão específica da sua vocação, hão-de viver com especial empenho o Evangelho da alegria. O Documento sobre a *Vida Fraterna em comunidade*, de 1994, afirma no número 28: «Não se pode esquecer que a paz e o gosto de estar juntos são um dos sinais do Reino de Deus. A alegria de viver, mesmo em meio das dificuldades do caminho humano e espiritual e dos aborrecimentos quotidianos, faz parte do reino. Essa alegria é fruto do Espírito e envolve a simplicidade da existência e o tecido monótono

do quotidiano. Fraternidade sem alegria é fraternidade que se apaga (...). A fraternidade rica de alegria é verdadeiro dom do alto aos irmãos que sabem pedi-la e que sabem aceitar-se, empenhando-se na vida fraterna com confiança na acção do Espírito (...).

Esse testemunho de alegria constitui grandíssima atracção para a vida religiosa, fonte de novas vocações e sustentáculo para a perseverança. É muito importante cultivar a alegria na comunidade religiosa: a sobrecarga de trabalho pode apagá-la, o zelo excessivo por algumas causas pode fazê-la cair no esquecimento, o contínuo interrogar-se sobre a própria identidade e sobre o próprio futuro pode ofuscá-la.

Mas saber fazer festa juntos, conceder-se momentos de distensão pessoal e comunitária, fazer, de quando em quando, pausa no próprio trabalho, alegrar-se com as alegrias do irmão, a atenção solícita às necessidades dos irmãos e irmãs, o empenhamento confiante no trabalho apostólico, enfrentar com misericórdia as situações, ir ao encontro do amanhã com a esperança de encontrar sempre, e em qualquer caso, o Senhor: tudo isso alimenta a serenidade, a paz, a alegria. E torna-se força na acção apostólica. A alegria é esplêndido testemunho do carácter evangélico de uma comunidade religiosa, termo de uma caminhada não isenta de tribulação, mas possível, porque sustentada pela oração: 'alegres na esperança, fortes na tribulação, perseverantes na oração' (Rom 12, 12)».

Concluimos com uma citação que consideramos uma bela síntese: «A entoação fundamental do homem é representada pela alegria. A alegria cristã é um sentimento teológico porque fundada e determinada pela presença de Deus, pela eficaz transformação da realidade e do destino do homem e do mundo, que esta presença garante. A alegria cristã é a da comunidade que sofre dores de parto, e a que tem o seu fundamento e o seu centro na cruz e na ressurreição de Cristo. A sua espiritualidade não deve atenuar o alcance que tem como participação cordial nos bens do mundo, como partilha plena, que o Novo Testamento reafirma, depois de o Antigo Testamento a ter largamente exemplificado: os livros sapienciais e o Quelet repropõem-se à consciência cristã no seu valor intrascendível».¹⁴

¹⁴ G. Bof, «Grazia», in *Nuovo Dizionario di Teologia Morale*, Paoline (Roma 1990), p. 532.

LIVROS

Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, *História de uma Alma. Manuscritos Autobiográficos*, Edições Carmelo (Paço de Arcos 1996), 358 p. – Como se lê na apresentação da obra, «esta publicação constitui o acto mais consistente do primeiro centenário da morte da “maior Santa dos tempos modernos” a celebrar de Setembro de 1996 a Setembro de 1997. É um meio que servirá para, como diz a própria Teresa de Lisieux, «fazer bem às almas».

Maria da Conceição Silva, *Oração, meu bastão de Fé*, Edições Carmelo (Paço de Arcos 1996), 96 p. – É um livro composto de belos poemas, que são outras tantas orações saídas de um coração todo desejoso de Deus que é capaz de meditar os mistérios da vida. Há lindas «melodias» a Maria em «tonalidade» próxima, familiar e alegre, num «compasso binário» teresiano-sãojoanista que se respira ao longo desta calma e serena contemplação.

Irmã Faustina Kowalska, *Diário. A Misericórdia Divina na minha Alma*, Edição dos Marianos da Imaculada Conceição (Fátima 1995), 650 p. – Com tradução e coordenação técnica de P. Estanislau K. Szymanski, MIC e Dr. Carlos Henrique do Carmo Silva, Univ. Católica Portuguesa, esta obra surge «porque agora é o tempo da misericórdia». A Ir. Faustina foi beatificada em 18 de Abril de 1993. A sua mensagem consiste em fazer-nos descobrir um Deus todo misericordioso; é uma alma que vive a hora da misericórdia de Deus. Entrou no convento sem letras, nasceu em 1905 e viveu até 5 de Outubro de 1938. É considerada uma filha espiritual de Santa Teresinha do Menino Jesus. Escreveu seis cadernos a pedido do seu confessor. Descreve as provações da “noite escura” de S. João da Cruz sem nada conhecer da sua doutrina. Mostra-nos a misericórdia divina como o supremo atributo de Deus. É interessante o sonho que teve a respeito de Santa Teresa do Menino Jesus, quando era noviça, e que narra no parágrafo 150, p. 72.

Pinharanda Gomes, *Dom Manuel Martins Manso, Bispo do Funchal e da Guarda, Escritos Pastorais*, Edição do Autor (Lisboa 1996), 192 p. – A Grafiton, Lda., Rua do Colégio, 159-A, 2685 S. João da Talha, enviou-nos este belo livro que apresenta a figura de um grande homem cujo primeiro centenário da morte ocorreu em 1978, homem de «grande personalidade e agente de uma obra pastoral dignos de alargado registo». Consta de duas partes bem definidas, segundo os objectivos assim propostos: «apresentar um painel das actividades pastorais do bispo durante os vinte anos em que presidiu à Igreja Egitanense; compilar o maior número dos seus escritos pastorais».

EXIGÊNCIA E ASCESE

DR. JORGE BISCAIA

Ao reflectir sobre o tema que nos foi proposto – Exigência e Ascese – ocorreu-nos logo uma primeira pergunta:

– Será que ainda valerá a pena falar hoje de ascese?

Na realidade todos os meios mediáticos fazem um apelo à aquisição de coisas e a um bem estar, adquirido sem dificuldades, por isso um simples golpe de sorte. Mesmo uma certa insegurança criada pelo medo da recessão económica, pela vaga de despedimentos ou de reconversão de empregos, é afastada pelas propostas de aquisição dos bens mais supérfluos, em prestações mensais, aparentemente irrisórias. Outras vezes, são as promessas que, apesar de todas as prevenções, fazem do próximo ano, um novo período de crescimento económico e de vida fácil, sem grande contrapartida no esforço para a obter.

Assim, falar duma ascese, que na perspectiva da moral, durante muito tempo veiculada pelo cristianismo, era contrária ao prazer, símbolo de mortificação do corpo para libertar a alma, parece uma perda de tempo. De tal modo este termo tem caído em desuso que, em meios mais jovens, a ascese é um nome bárbaro que poucos sabem o que significa.

Mas qual será o verdadeiro significado de ascese?

Em grego, o verbo correspondente ao substantivo *Askesis*, significava – trabalhar materiais brutos para deles fazer objectos úteis ou obras de arte. Assim ascese estava ligada à fabricação e à criação. Necessariamente toda a fabricação exige esforço e perseverança, mas é esse esforço que conduz à libertação e ao prazer de criar.

Por outro lado o prazer, que nos é dado por esta criação, é diferente do seu sentido usual que o identifica unicamente com uma sensação. Quando é assim, essa vivência mais ou menos efémera dum satisfação, bem depressa se esgota no tédio ou na procura frustrante de um gosto de viver que nunca se realiza.

Mas se nos despirmos do conceito platónico da dicotomia do corpo e da alma, pensando no homem como um ser complexo possuidor dum sistema sensorial mas também apto a compreender, a amar, capaz de Deus, talvez consigamos ultrapassar esta antinomia entre ascese e prazer.

O que se pretende é harmonizar esta complexidade desenvolvendo em nós o prazer de viver em plenitude.

É este o objectivo da ascese cristã, criando uma cultura que faz dela caminho não de mortificação, mas de vivificação. O acento não é posto na privação, mas na alegria do encontro e da presença. Diferencia-se assim muitas vezes da exigência embora ela deva ser naturalmente exigente. Porque toda a exigência que não seja humilde, prudente, que esqueça o seu último sentido, fica encerrada em si própria, numa espécie de masoquismo, como vanglória inútil de não ser como os outros.

Gostaríamos de apoiar-nos em dois textos muito belos:

O primeiro é de Madeleine Delbrêl que na sua meditação, «*Les joies venues de la Montagne*», é muito clara. Diz ela:

«Bem aventurados os pobres em espírito porque deles é o reino dos Céus.

Ser pobre não é interessante: todos os pobres serão certamente desta opinião.

O que é interessante é possuir o Reino dos Céus, mas só os pobres o possuem.

Assim não penseis que a nossa alegria esteja em passar os dias a esvaziar as nossas mãos, as nossas cabeças, os nossos corações.

A nossa alegria está em fazer espaço.
nas nossas mãos, nas nossas cabeças, nos nossos corações
para o reino de Deus que passa
Porque é tão espantoso sabê-lo tão próximo, saber Deus
tão perto de nós, é prodigioso saber o seu amor
de tal maneira possível em nós e sobre nós.
E não lhe abrir esta porta, única e simples,
da pobreza em espírito»

Outra mulher, Camille C. responde, anos depois, à pergunta sobre ascese feita pelo P. Caffarel indicando-nos o seu caminho em seis páginas de que extraímos algumas frases:

«Quanto à questão da ascese o essencial é evidentemente amar a Deus... Ora quando se ama, admira-se; para agradar à pessoa amada procura-se imitá-la».

«Mas quanto à mortificação – ainda mais desacreditada que a confissão –, continua a ser indispensável a quem quer aprender a amar melhor... É ela que nos ensina o sacrifício, e não há amor sem verdadeiro sacrifício, mesmo no que diz respeito ao amor humano. Mas quanto ao resto, a mortificação não é um fim em si, mas um dos meios de subir até Deus...»

Falando de mortificações corporais diz mais adiante: «É impossível estar unida a Deus pela oração, com um cinto que nos pica... ou um cilício que arranha. O meu corpo que então era jovem e sadio nunca foi obstáculo na minha ascensão para Deus».

Deus, parecia que não levava a sério todos os meus esforços para ser humilde: dizer os pecados no Capítulo, beijar o chão ou os pés das irmãs, comer de joelhos, dizer *nosso* em vez de *meu*, ter um fato já sem cor e todo remendado... como tudo isso se passava dentro dum convento e toda a gente o fazia, era-me indiferente e oito dias depois já estava habituada. Para mim é bem mais humilhante ser surda, não compreender o que me dizem ou compreender tudo trocado, o que suscita equívocos que dão vontade de rir. Aí há matéria para verdadeiros actos de amor...»

«Para um leigo vivendo no mundo e levando uma vida mundana é preciso pela mortificação desprender-se dessa vida continuando a mantê-la exactamente como dantes...»

«Quando um homem casou com uma mulher cuidada e elegante não é preciso que sob pretexto de perfeição, ela deixe de o ser, que sob o pretexto da mortificação ela cuide menos das refeições e que se preocupe menos com a aparência e com o conforto da casa; que acolha menos bem os hóspedes; que se preocupe menos em partilhar as suas distrações com os filhos. Tudo deve parecer como dantes embora o móbil seja outro: o amor dos outros que em nós deve ser o reflexo do amor de Deus, deve chegar a superar a satisfação pessoal, mesmo a suprimi-la, dando exteriormente os mesmos resultados. No que respeita a todos os meios modernos que aliviam o trabalho da casa, é também preciso não os desprezar, sob o pretexto de se mortificar, mas considerá-los como meios de estar mais disponível para Deus e para os outros».

«Eu sei por experiência que tudo isto, que parece muito simples, é bem difícil porque implica lutar constantemente nas pequenas coisas. E no entanto é na vida de todos os dias que é preciso tentar subir a Deus em vez de não fazer nada, esperando que Ele nos chame ao martírio».

Tivemos a tentação de acabar aqui, porque pouco mais poderemos dizer e certamente será menos bem dito.

Mas pensámos que seria interessante transpor tudo isto para a nossa vida de casal inserido há bem mais de 30 anos no movimento das Equipas de Nossa Senhora.

Na realidade o que se nos propõe não são regras, métodos, gestos concretos de ascese, mas um discernimento diário do que nos aproxima ou nos afasta do amor de Deus.

Julgamos que podemos servir-nos de três apoios desde sempre utilizados pelos casais das Equipas: o *Dever de se Sentar* e a *Regra de Vida* e por último, como lugar de todos os discernimentos, a *Oração*.

No primeiro – o *Dever de se Sentar* – em vez de nos determos em recriminações ou em simples reparos às relações entre o casal, seria bom que permanecesse sempre como pano de fundo, um exame em comum daquilo que, na vida de cada dia, nos tinha aproximado ou afastado de Deus. Seria um modo de assim nos ajudarmos a encontrar um caminho de exigência, proposto pelo amor mútuo. Mas exigência prudente, que procura o bem possível e verdadeiro e não o bem ideal fonte de desculpas fáceis e de resoluções inconstantes.

A regra de vida, seria depois o momento de decisão do propósito concreto, simples e objectivo que deveríamos seguir. Pequeno esforço para abrir espaço a uma presença de Deus, que se procura fazer mais próxima, em cada um de nós. E assim lentamente se irão modificando atitudes interiores, corrigindo reacções e comportamentos, adquirindo virtudes que irão funcionar como sensibilidade profunda, criando reflexos seguros.

A *oração* será o lugar de todos os discernimentos se, na contemplação, for uma entrega à explosão de amor do Pai. Far-nos-á ver o caminho mesmo que nos pareça não ter caminho. Será ela que nos permitirá ir baptizando a vida e que fará ver na ascese o gesto de humildade e não o orgulho de ser melhor.

Em que pontos concretos nos tem parecido mais difícil esta caminhada que, infelizmente, muitas vezes não temos conseguido realizar?

O primeiro aspecto relaciona-se com a essência de toda a relação, que é o *reconhecimento do outro como pessoa diferente*. É esse reconhecimento que deve servir de base à formação da chamada «pessoa conjugal», que só é possível, tomando o outro como caminho, aceitando-o na diferença.

Na realidade, aquele que ama, para agradecer à pessoa amada, tenta imitá-la. Porém muitas vezes ama-se a pessoa ideal e não a pessoa real.

Podemos comparar o noivado com o período de vida ante-natal, em que a futura mãe, fantasia o seu filho, antes de se confrontar com o bebé real. Só o amor a fará aceitar, como um ser diferente, esse pequeno ser, que viveu tanto tempo, na sua imaginação e no seu corpo.

É alguém com um sexo que pode ou não ser o desejado, um aspecto físico, que para além das parecenças que se vão descobrindo, nunca é igual aos outros; com uma personalidade, um horário e um apetite próprios; com um corpo que deve encontrar o afecto quente da mãe, mas nunca a presença absorvente que mais tarde o levará à recusa e à fuga. Dependerá da qualidade do diálogo que se vier a estabelecer, a dois ou a três, o desenvolvimento harmonioso ou pelo contrário o conflito que conduz à rotura. Isto exige a ascese de aceitar, que o filho é um ser para a autonomia, para a liberdade, para os outros e não para si.

Também o casal tende para uma imitação do outro. Porém essa imitação faz com que se corra o risco de cada um ser amado na pessoa idealizada e não na pessoa real. Assim não se aceitarão ritmos e modos diferentes de relação com Deus, o que torna impossível a oração conjugal. Tentar-se-á fazer do encontro físico, uma técnica ou um prazer/sensação, vivido individualmente, e não a consumação dum diálogo, duma descoberta dos ritmos de cada um.

Um, nunca será o outro, mas será essa diferença assumida, que os tornará mais ricos. Embora tenhamos consciência das dificuldades que temos encontrado, não podemos deixar de reconhecer o muito que um deu ao outro.

Toda a mundividência feminina me foi dada pela Antonieta, já que a morte da minha mãe, quando eu tinha pouco mais dum ano, e a inexistência de irmãs, me não deu imagens femininas do passado.

A Antonieta terá recebido de mim um modo mais intelectual e menos pormenorizado de ver o dia a dia, uma imagem mais universalizada de avaliar os acontecimentos.

É também certo que continuamos a ter uma enorme esperança nas capacidades do outro.

Eu, a admirar a espantosa harmonia que a Antonieta consegue criar com um velho móvel esquecido num quarto de arrumos e duas ou três flores; a certeza com que não está bem a transmissão de mim que procuro realizar em palestras profissionais ou vivenciais; a sua maior facilidade de ir ao encontro dos que estão sós.

A Antonieta, a estimular a minha maior facilidade de exprimir por escrito um pensamento comum; ao aceitar o incentivo que lhe dou para revelar aos outros as riquezas que possui; ao exigir de mim maior disponibilidade para os outros, transformando as minhas recusas num sim.

Mas este caminho dum casal que se amou desde sempre, sem grandes sobressaltos, longe de se poder considerar como conseguido, tem sido uma descoberta, nem sempre fácil, das diferenças.

Será exercício de ascese superar por amor os confrontos entre o rigor pelos pormenores, pela arrumação, pela limpeza do pó que tira os papéis do lugar, que um tem, e a existência duma aparente anarquia, que

às vezes roça a indisciplina, que o outro manifesta. Ascese será aprender que o encerramento em si, em face duma preocupação trazida do serviço ou dum trabalho urgente, ou a falta de disponibilidade para ouvir de imediato, não deve ser entendido por um como menos interesse, nem vista pelo outro, como amuo não ultrapassado.

Razão de esforço permanente é a oração em comum, pelo horário que nunca se acerta, pelo tempo diferente que cada um lhe dedica, pelo tipo de texto que se deve ler ou de oração pessoal em que nunca se persiste.

Exigência de encontro também, na evolução da ternura, que a dispersão das ocupações vai empurrando para períodos de disponibilidade total, empobrecendo o dia a dia.

Necessidade de ascese porque nenhum aceita estes desencontros, aparentemente pequenos, mas que representam uma falta de abertura ao outro, uma incapacidade para nos fazer totalmente espaço para o outro. Se isso acontece entre os dois, é porque também não somos suficientemente pobres perante Deus para que o Seu Reino nos preencha, já que não somos capazes da renúncia que nos liberta de nós.

«A ternura humana, como tão bem diz Camille C., mesmo a mais profunda, a mais total, a mais exclusiva não pode ter a sua realidade senão em Deus e, no fundo, não é senão o reflexo do amor de Deus».

O enfrentar, numa revisão diária do nosso dia, estas rugosidades que nos afastam um do outro e, portanto, de Deus, obriga-nos a um exercício de permanente humildade e ao restabelecimento, em permanente renovação, de pequenas regras de vida, concretas, para que esta ou aquela desarmonia se não repita. Será ascese aceitar um aparente retrocesso, o fracasso de verificar que problemas que julgávamos resolvidos se repetem.

Porém todo este repetir de insucessos ou de paragens é iluminado pela beleza dos momentos de encontro, de plenitude feita presença do outro, armazenados na memória destes trinta e sete anos de casados.

Iluminados também de esperança, por um Deus que nos ama desde todo o sempre e que comparo à ternura do pai que, como ainda agora pareço sentir, vinha à noite aconchegar os lençóis do filho, com quem durante o dia tinha ralhado.

Ascese na aceitação da fecundidade.

Pais de cinco filhos e agora já com seis netos, seria estranho que não abordássemos aqui o nascimento dos filhos como resultantes dum gesto de amor e não como objectos.

No primeiro caso o filho está mesmo no centro duma ascese vista, como construção de alguém para os outros. Para isso é necessário arranjar a disponibilidade para os acolher, atenção permanente para os desenvolver, desapego para os ir lentamente libertando de nós e dos nossos projectos. Deixarmo-nos modificar por eles aceitando as suas críticas, às vezes duras, quase sempre certas. O desapego de os ver partir, de os ver escolher outros que terão de ser acolhidos como novos filhos, de os não sentir na fé como era nosso desejo.

E as dúvidas: não deveríamos ter falado mais cedo? Rezado mais? Aconselhado melhor? Teria sido preferível abrir mais a casa, como casa de papel e não muralha de pedra? Ter insistido mais no estudo, ter imposto mais disciplina?

Uma lenta exigência de aceitar a proeza de os ver por caminhos que são os seus. Percebe-se então, que aquele amor, que um dia uniu um homem e uma mulher, se alargou a outros espaços, a outras famílias tal como a pedra que lançada num lago tranquilo se vai reproduzindo em círculos cada vez maiores e mais afastados, mas sempre ligados ao centro que os provocou.

Por outro lado será necessário fazer um exercício de ascese para que não seja possível optar por um filho objecto, de tal modo programado pela contracepção, que se transforma no último electrodoméstico, na companhia para a solidão. Naquele que vai realizar o doutoramento que os pais não fizeram, continuar a fortuna da família ou adquirir os bens que os pais não tiveram.

Também poderá ter de se viver como exercício de ascese a pobreza da infecundidade. Não se deverá fazer dela, motivo de encarnicamento terapêutico, na procura dum filho genético, como se não houvesse modos diferentes de estender aos outros o amor que o casal não consegue conter em si.

Não podemos acabar, sem falar de pequenas decisões que, para serem tomadas em espírito de ascese, obrigam a um discernimento permanente.

Casados, sem grandes recursos materiais, fomos habitar uma casa com móveis que não eram os nossos. Tínhamos levado connosco um simples rádio com gira-discos. Lentamente as coisas foram sendo adquiridas porque ficavam bem, eram úteis, ou porque libertavam a Antonieta dos trabalhos da casa, em que eu não sabia ajudar muito. Olhando para trás pensamos que outras aquisições mais rentáveis poderiam ter sido feitas. Talvez elas nos tivessem tirado alguma liberdade para os outros. E quereriam os nossos filhos, uns pais mais preocupados com uma riqueza que lhes servisse de futuro?

Outras decisões houve, que nos pareceram sempre ambivalentes: Será ascese não deixar os filhos pequenos ou escolher antes um retiro que nos aproxime mais, ou mesmo um simples fim de semana em comum, que nos permita uma melhor intimidade?

Ascese será aceitar uma obrigação de Igreja que nos ocupa os serões, ou preferir estar mais tempo com os filhos ou simplesmente um com o outro?

Ficar com os netos, para libertar os filhos, alterando a viagem há muito programada e de que tanto esperávamos, será a decisão certa? Deveremos desligar a televisão para poder conversar ou vê-la para poder falar do programa?

Será bom recusar uma ocupação, que nos poderá dar maior remuneração e maior intervenção positiva junto dos outros, mas que nos esgota em activismo e nos afasta fisicamente do outro?

Não há respostas absolutas nem definitivas. Cada casal terá que encontrar o seu caminho.

Há muitos anos já, quando eu era um simples aluno do liceu, um universitário, que influenciou de modo decisivo a minha vida de cristão, perguntou-me qual dos lugares que lhe propunham devia aceitar, porque a sua doença recente, talvez lhe impusesse um descanso maior. Ainda

hoje continuo a ouvir a resposta que lhe dei e me parece sentir o abraço com que me envolveu:

Em que é que poderá ser mais útil aos outros?

O que é que poderá ser mais útil ao nosso amor, à presença de Deus em nós? O que é que abrirá mais caminho para que o reino de Deus venha, já que foi essa a felicidade prometida?

«A ascese consiste em escolher perpetuamente o essencial. O corpo deve ser profundamente trabalhado para encontrar a sua liberdade. Mas atenção: essa liberdade está para lá da disciplina e não para cá. A ascese é reencontrar a inocência e a liberdade com um trabalho preliminar», dizia Maurice Bejar.

Ele referia-se, certamente, à dança, de que era coreógrafo. Para nós, cristãos casados, a liberdade que nos dá o amor de Deus, obriga-nos a fazer caminho através do outro, despojando-nos do supérfluo como o artista se esquece do cansaço e do peso do próprio corpo. O amor que o Senhor gravou um dia em nós é uma partitura de que todas as outras são apenas um reflexo. Deve ser ouvida por dentro, no nosso dia a dia e na nossa condição própria. Para nos deixarmos envolver por ela, vale a pena o esforço de atenção e discernimento diário que é a ascese do casal. Mas, na pobreza dos nossos esforços, sentimo-nos às vezes, como toscos dançarinos que não conseguem libertar-se do peso do seu corpo. A esperança na misericórdia de Deus e a confiança serena no seu amor de Pai, permite-nos continuar, porque Ele dará aos nossos gestos, com pouca leveza, as asas do infinito.

BIBLIOGRAFIA

Alliance, *Plaisir et Ascèse*, nº 20, Março-Abril de 1982.

CAFFAREL, Henri – CAMILE C., *Possuída de Deus*, Editorial A.O., Braga.

DELBRÊL, Madeleine, *La joie de croire*, Editions du Seuil, Paris 1968.

WEIRGANZ, Franz, *Les Gens Heureux*, Editions Universitaires, Paris 1959.

WEIRGANZ, Franz, *Enfants de Ma Patience*, Editions Universitaires, Paris 1965.

Tarde de Deserto

No sossego aqui da mata,
Onde há bancos e até paz;
Onde há sombras e entra Luz,
Experimentei o Deserto
Para encontrar Jesus.

.....

Outros pés e outros ouvidos
Procuram estes lugares.
A natureza é um Templo.
O ensinamento é mudo.
Muitas pedras são altares
Onde está Deus, nosso Tudo.

Helena

XIII Semana de Espiritualidade

Avessadas, Agosto de 1996

O VENERÁVEL

BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES

BERTRAND DE MARGERIE*

Religioso dominicano, elevado ao episcopado por indicação do seu provincial, o célebre Luís de Granada, Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) ilumina o concílio de Trento ¹ com a sua doutrina e o seu zelo. Teólogo de profissão, comentador da *Suma Teológica* de S. Tomás de Aquino, deixou-nos, para além duma vasta produção latina, algumas obras em português, entre as quais brilha especialmente o seu *Catecismo*, aparecido em 1564, com o sub-título de *Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*.²

* Este artigo foi oferecido pelo Autor com o pedido de tradução e publicação na *Revista de Espiritualidade*, depois de ter sido publicado na língua original em *Didaskalia* 2, 1991, vol XXI.

¹ Ver, a propósito, José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. IV-VI, Lisboa 1944-1946.

² D. Frei Bartolomeu dos Mártires, O.P., *Obras Completas*, vol. I, *Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*, 15ª ed., s.l. 1962, editada ao cuidado do cônego A. Ribeiro da Cunha, com um prefácio do Arcebispo de Braga (o livro está à venda na livraria «Verdade e Vida», em Fátima). De sublinhar a introdução de frei Raúl de Almeida Rolo, O.P., que nos dá a lista das obras de frei Bartolomeu, das quais ele publicou os comentários da *Suma Teológica* de S. Tomás de Aquino; ver ainda Bartolomeu dos Mártires, *Estímulo dos Pastores*, ed. bilingue lat.-port., Braga 1981; R. de Almeida Rolo, *O Bispo e sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, parte II, 2, Porto 1964; do mesmo, um breve artigo sobre Bartolomeu dos Mártires na Enciclopédia Verbo; R. Ricard, «Essai d'interprétation: Barthélemy des Martyres, d'après Luís de Sousa», c. em *Etudes sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris 1970, pp. 153-167, etc. A edição de 1962 do *Catecismo* contém um óptimo índice analítico e outro de citações bíblicas.

Trata-se duma obra prima, não só do ponto de vista psicológico, pedagógico e doutrinal, mas também – o leitor aperceber-se-á disso – sob o aspecto literário.

Nós podemos apresentar hoje a personalidade do seu autor através da biografia que outro autor dominicano português nos deixou, autor clássico como ele, frei Luís de Sousa. Vê-se aí claramente a luta dramática de Bartolomeu contra a sua promoção ao episcopado até ao momento em que a obediência ao seu provincial o obrigou à aceitação.³

O conjunto do *Catecismo*, com as homilias⁴ que lhe são acrescentadas, conserva todo o seu interesse doutrinal e pastoral, num contexto bem diferente da Igreja e do Portugal de hoje. Apresentaremos aqui a visão de conjunto de Bartolomeu sobre a substância da fé, a evangelização sacramental, os horizontes da sua espiritualidade, um esboço detalhado da sua contemplação e pregação marianas, concluindo com uma crítica negativa e positiva do conjunto desta obra.

O Cristo mediador no centro da revelação

Num impressionante capítulo inicial sobre a «substância e o resumo da fé», Bartolomeu apresenta-nos o Filho de Deus, na sua Encarnação Redentora, como o princípio, não merecido por nós, da nossa justificação e do valor das nossas boas obras, merecedoras de vida eterna. Conclui esta introdução de conjunto com uma admirável oração ao Pai onde põe em grande relevo, com a doutrina paulina da incorporação a Cristo, a mediação do segundo Adão, numa síntese singular de humildade e audácia cristãs. Vamos citar estas páginas:

«Temos dito que o lume da fé católica, com o qual o Senhor nos alumiou, é o fundamento e alicerce de toda a religião e doutrina cristã. Portanto, convém, primeiramente, declarar quais são as cousas e artigos que a fé católica nos manda crer.

³ Luís de Sousa, O.P., *Vida de Dom Frei Bart. dos Mártires*, com prefácio e notas do professor Augusto Reis Machado, col. «Clássicos Sá da Costa», Lisboa 1946, 2 vol.; ver especialmente t. I, livro I, cap. 6-8 e 14.

⁴ No fim do *Proêmio* que introduz o seu *Catecismo*, Bartolomeu explica porquê junta as homilias: muitos padres não têm a cultura requerida para pregar segundo as necessidades do povo cristão.

E antes que expliquemos cada artigo em particular, quero, em suma, declarar, neste capítulo, em que consiste a substância de nossa fé católica.

A qual, como diz o Apóstolo S. Paulo, consiste em crer que Jesu Cristo Crucificado é natural e único Filho de Deus, o qual, por nossa salvação, tomou carne humana em o ventre da Virgem Maria, e deu a Si mesmo em redenção por nós-outros, e nos lavou de nossos pecados per Seu Sangue (1Tim 2, 5-6; Ef 2, 4-7; Rom 1, 24-25).

E, sendo nós, de juro, por via de nosso nascimento natural (Ef 2, 3), filhos de ira e de condenação e inimigos de Deus, nos reconciliou com Seu Padre, entregando-se à morte por nossos pecados, e ressurgindo pera nossa justificação, e por Sua graça e merecimentos ficamos gratos e aceitos a Ele.

E, sendo mortos por razão de nossas culpas e pecados, e polo pecado original em que nascemos e que herdámos de Adão, nosso primeiro pai, per virtude de Seu Sangue nos aviventou e ressuscitou restituindo-nos à vida espiritual da alma, dando-nos Sua graça per virtude de Seus Sacramentos, de cuja graça e de cuja morte e paixão e merecimentos depende todo o valor de nossas obras e penitências; por cujos merecimentos recebemos a graça sem merecimento algum nosso; e por ela fomos justificados e limpos de nossos pecados.

E antes que recebamos a tal graça, nenhum valor têm nossas obras pera que, por elas, alguma cousa mereçamos diante de Deus. E, por isso, quando recebemos a tal graça, misericordiosa e graciosamente nos é dada sem algum nosso merecimento, ainda que, quando se nos dá, tendo já uso de razão, é necessário que, com Seu favor, nos disponhamos pera recebê-la.

E, depois de recebida, dela depende todo o valor de nossas boas obras e penitências, porque, por elas, são unidas, juntas e incorporadas à Paixão e merecimentos de Nosso Senhor Jesu Cristo, e daqui lhe vem todo o seu valor e merecimento. Que, se do valor de seu Sangue fossem desapegadas e desunidas, nenhuma cousa valeriam pera nossa salvação.

Onde Alberto Magno diz (III Sent.): - Que nossos merecimentos e virtudes, postos em presença das virtudes de Cristo, são como as pedras preciosas postas na presença do sol: porque então resplandecem; e, tiradas da presença do sol, se escurecem.

E Crisóstomo diz: - Que nossas obras de si não têm valor pera por elas nos darem o Céu; mas, se são tintas com o Sangue de Cristo, merecem o Céu.

E, portanto, ainda que sejamos obrigados ser mui diligentes em fazer boas obras e guardar todos os Mandamentos de Deus e da Santa Madre Igreja e por elas mereçamos a glória eterna, todavia, por muito boas obras que façamos, não havemos de pôr nossa confiança nelas, mas somente nos merecimentos e Paixão de Nosso Senhor Jesu Cristo, donde depende e nasce todo o valor que têm. Por cujos merecimentos esperamos a glória eterna, confiando em sua misericórdia e na virtude do seu precioso Sangue, que, assi como, por sua misericórdia, nos trouxe ao lume de sua fé e nos incorporou em Si, e nos fez membros de seu corpo, que é a Santa Madre Igreja Católica, assi pola mesma misericórdia nos ajuntará consigo em seu reino, conhecendo que somos sua carne e seus membros.

E, por isso, não nos desprezará nem sofrerá que os membros estém apartados da cabeça, com tal que, neste mundo, fossem unidos a ela por fé não fingida, esperança firme, e caridade de coração puro.

Esta é a substância do que cremos, nisto estriba e está encostada toda a nossa esperança e confiança. Aqui há-de estar nosso amor, desejo e afeição. Isto é o que continuamente havemos de pedir ao Senhor, dizendo com coração humilde: - Ó eterno e poderoso Deus e Padre celestial, não entreis comigo em juízo, não me julgueis polo valor de minhas obras enquanto minhas. Alego por mim somente as obras de vosso Filho, Nosso Senhor Jesu Cristo. Seus merecimentos ponho diante de Vós, por minha parte, entre Vossa justiça e meus pecados. Ele houve por bem de me dar Seus merecimentos, porque, pera Si, não tinha necessidade deles, por quanto de juro Lhe era devida glória e bem-aventurança; fez-me Seu membro, fez-me Seu irmão pera comunicar comigo Sua glória e bem-aventurança. Por esta razão, confiadamente a peço e requeiro, que, por mim, confesso nada merecer, mas ser filho de ira, herdeiro do inferno, e morte eterna. E só de Vossa graça me vem a alta dignidade de perfilhação, ser chamado filho Vosso, e poder fazer obras aceitas e meritórias diante de Vós».⁵

⁵ *Catecismo*, pp. 12-14.

Retomando assim a teologia paulina dos dois “Adão”, Bartolomeu fazia eco do concílio de Trento num texto sem dúvida insuficientemente remarcado deste: «Nós cremos, em primeiro lugar (*in primis*) que Deus justifica o ímpio por Cristo Redentor».⁶ É provável que Bartolomeu, escrevendo o seu *Catecismo*, não esquecia esta importante declaração, que antecipava o reconhecimento duma hierarquia de verdades (em função da sua proximidade maior ou menor com a verdade central do Cristo Salvador)⁷ que o concílio Vaticano II havia de sublinhar. É provável que, mais do que outros Padres tridentinos, Bartolomeu estava consciente daquilo que a declaração do concílio representava: o reconhecimento da parte de verdade contida no erro luterano, rejeitado um pouco mais à frente no mesmo decreto sobre a justificação, a saber: «Aqueles que foram verdadeiramente justificados devem crer realmente que estão justificados e que ninguém o está se não crê com certeza que o está e que a justificação se cumpre unicamente por esta fé».⁸ O concílio objectava que «ninguém pode saber com a infalível certeza da fé que está em estado de graça», ao passo que todos devem crer «em primeiro lugar, que Deus quer justificar» – quer dizer, salvar – «o ímpio por Cristo Redentor» e, no processo de justificação, o homem dispõe-se a tal «esperando com confiança de que Deus lhe será propício em virtude de Cristo».⁹

Tal era a verdade paulina e católica deformada por Lutero que o concílio de Trento queria salvar; mas tê-lo-ia sublinhado sem o erro de Lutero, sem os seus exageros? E Bartolomeu, sem Lutero, estaria sensibilizado para isso? Podemos duvidar e pensar que também se aplica aqui uma outra constatação paulina: «É preciso que haja heresias»,¹⁰ para que seja melhor extraída da massa de erros que a envolvem, a jóia da verdade.

O belíssimo texto de Bartolomeu sobre «a substância e a suma da nossa fé» aponta ainda duas observações de natureza pastoral e psicológica:

⁶ DB 798; DS 1526.

⁷ Vaticano II, Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, n° 11.

⁸ DS 1534 e 1564.

⁹ DB 798; DS 1526.

¹⁰ Cf. 1Cor 11, 19: A palavra grega, aqui, significa: «divisões».

– por um lado, constatamos hoje ainda que em certas regiões do mundo latino e católico,¹¹ é de facto muito difícil para os pastores conseguirem, da totalidade dos fiéis, esta consciência da Mediação de Cristo. Porque o fiel médio dá muitas vezes a impressão de identificar Deus pura e simplesmente com Cristo, sem valorizar, de modo existencial, na sua oração, o mistério da Trindade, nem a Mediação do Homem Jesus; a sua religião reduz-se a prestar homenagem a um Deus que parece mono-pessoal e a Maria; sobre este tema, o *Catecismo* de Bartolomeu detém (como sobre outros) uma suprema e permanente actualidade;

– por outro, o texto citado do arcebispo de Braga coloca um problema ao qual, parece, não dá solução: como conciliar o desejo de «*não pôr nossa confiança nas boas obras que fazamos mas somente nos merecimentos da Paixão de Cristo*» com a esperança da glória merecida por causa destas boas obras? Podem dar-se diversas respostas. Poder-se-ia sublinhar que as nossas boas obras são aquelas que Cristo opera em nós: «Sem mim vós nada podeis fazer» (Jo 15, 5). Nós somos os primeiros autores das nossas obras más, mas somente as causas segundas das boas, destas é Deus o Autor principal. Sem contradizer o que acabamos de afirmar, uma outra via poderia exprimir-se assim: sem revelação privada, nós não podemos saber que o momento seguinte será o da morte; podemos então esperar de Deus, sempre, o futuro, as boas obras merecedoras de vida eterna, quer dizer, especialmente o consentimento livre e sobrenatural da graça da perseverança final.¹²

É em íntima conexão com esta primazia de Cristo Mediador que o *Catecismo* de Bartolomeu desenvolve uma espiritualidade sacramental e escatológica, exaltando Maria.

A boa nova da acção sacramental de Cristo Mediador

Mantemos aqui um ponto de vista original sobre o sacramento da Confirmação e uma apresentação renovada da Satisfação sacramental.

¹¹ Cf. F. Francou, S.J., *L'Evangile d'abord*, Paris 1980, pp. 22-23.

¹² Ver B. de Margerie, *Le Christ pour le Monde*, Paris 1971, Index analytique: «Persévérance finale».

Para o seu mestre S. Tomás de Aquino, cuja *Summa Theologica* comenta como já dissemos, Bartolomeu pôde ler: a Extrema-Unção é o sacramento da Esperança cristã da vida eterna,¹³ como o Baptismo é o sacramento da Fé¹⁴ nesta vida eterna, e a Eucaristia o da Caridade,¹⁵ sem a qual ninguém lá pode chegar, e que a começa neste mundo. Por outras palavras, estes três sacramentos produzem – como a sua graça sacramental e específica, distinguindo cada um dentre eles dos outros dois – o dom duma virtude teologal determinada (ou o seu aumento).

Num desenvolvimento, não heterogéneo mas homogéneo, do pensamento do mestre, Bartolomeu – e talvez seja ele o primeiro a dizê-lo, de qualquer modo eu não conheço outro – afirma que a Confirmação é o sacramento da virtude da esperança. E justifica assim a sua afirmação: «*quem dá forças e armas ao cavaleiro pera pelejar, nisso mesmo lhe dá esperança de vitória*».¹⁶

O arcebispo de Braga esboça assim um impressionante paralelismo entre virtudes teologais e sacramentos da iniciação cristã: o sacramento do Baptismo é o da fé, a Confirmação dá a esperança, a Eucaristia a caridade.

Não podemos negar o carácter satisfatório desta apresentação. Porém, o bispo dominicano não se preocupa somente com as virtudes teologais, mas também as virtudes com morais no contexto do sacramento da penitência. E é assim que ele recomenda aos confessores que imponham como penitência aos luxuriosos e gulosos o jejum, aos avaros a esmola, aos não praticantes a participação na Missa.¹⁷ Reconhecamos ainda, aqui, a permanente actualidade e, ao mesmo tempo, a precisão pedagógica das sugestões.¹⁸

Tal consideração introduz-nos na dimensão escatológica da espiritualidade do nosso bispo-catequista.

¹³ S. Tomás descreve-o resumidamente na *Suma contra os Gentios*, IV. 73.

¹⁴ S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, III. 69. 5.

¹⁵ *Ibid.*, III. 79. 4.

¹⁶ *Catecismo*, pp. 148 e 151.

¹⁷ *Catecismo*, p. 157.

¹⁸ *Ibid.*, p. 158.

O Horizonte espiritual duma esperança amante

Bartolomeu herda dos Padres e da Idade Média a experiência activa da *compunção*,¹⁹ que, à primeira vista, parece tão estranha para as preocupações espirituais dos cristãos do nosso tempo.

É à sua luz que ele interpreta o mistério da oferta de duas pombas pela Virgem Maria quando da Apresentação do Menino Jesus no Templo (Lc 2, 24):

«Oferta certo mui misteriosa. Rolas ou pombos são aves cujo cantar não é outro senão gemer, em o que nos queria o Senhor ensinar qual deve de ser nossa vida e ocupação neste desterro e vale de lágrimas, a qual não deve de ser outra senão gemer por nossos pecados e polos alheios; polas tentações e perigos em que vivemos; pola incerteza de nossa salvação.²⁰ E, juntamente, gemer com saudades do Padre e Pátria celestial, de cuja vista estamos tão alongados e desterrados.

E, especialmente, quando entramos no templo do Senhor, havemos de exercitar esta maneira de canto, orando com gemidos assi polas culpas, como com desejos do Céu. E, pera isto nos significar e ensinar, escolheu o Senhor as ditas aves entre as outras que Lhe fossem em o templo ofertadas».²¹

O canto-gemido da pomba torna-se aqui no símbolo da «*saudade*» portuguesa, transfigurada pela esperança da vida eterna. A tendência e a aspiração ardente para a visão de Deus parecem maravilhosamente preparadas – para não dizer facilitadas – pelo futuro triste, suave e nostálgico de um Ser ao mesmo tempo supremamente amante e distante no seio da sua proximidade, Ele que, melhor que qualquer outro objecto da «*saudade*», é inseparavelmente, identicamente Família e Pátria enquanto que é Pai.²²

¹⁹ Ver sobre este termo: J. Pegon, art. «Compunção», *DSAM II-B* (1953) 1312-1321, com bibli; e I. Hausherr, *Penthos*, Roma 1944: o autor restuda o tema nos PP. Gregos.

²⁰ Afirmação a destacar: fora duma revelação privada, não podemos, diz o concílio de Trento, ter a certeza absoluta da nossa salvação eterna; mas nós devemos, acrescentamos nós, cultivar a certeza moral, a certeza duma pura, «laboriosa e invencível esperança» (Garrigou-Lagrange).

²¹ *Catecismo*, pp. 286-287, «Prática na festa da Purificação de N. Senhora».

²² Cf. A. de Morais Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 10, 1956, a palavra. «Saudade». Ver ainda *Catecismo*, pp. 139-140.

As tentações dolorosas, as recaídas periódicas no pecado não desejado, o espectáculo do pecado de outrem, a impossibilidade de ter uma certeza absoluta, nesta terra (a não ser no caso de uma revelação privada), acerca da salvação eterna, eis tantos motivos que causam um certo desgosto por esta vida terrena, a melancolia da «*saudade*», a nostalgia do céu onde todas estas desaparecem.

Contudo, sublinha o arcebispo, a esperança sem a caridade não bastaria para nos conduzir à vida eterna:

«Esta é o cumprimento da lei. Esta, o vínculo da perfeição. Esta é o caminho pelo qual Deus desceu dos Céus e veio aos homens. E ela só é também o caminho por onde os homens hão-de subir aos Céus. Deste vale de lágrimas pera o lugar onde Cristo está, não há outro caminho senão pola caridade. Só ela mata todos os pecados, só ela vence todas as tentações, só ela cumpre todos os Mandamentos e exercita todas as virtudes, e faz doces todos os trabalhos; só esta diferencia os filhos da salvação dos filhos da eterna perdição. As outras virtudes podem ter os maus e filhos do diabo, mas esta não na podem ter senão os bons e filhos de Deus, herdeiros do Céu.

...esta é a suma de toda a santidade e justiça, e bondade, sem a qual ninguém se pode chamar bom. Por esta é renovada nossa alma à imagem de Deus, e feita uma nova criatura em Cristo».²³

Este hino à caridade – prolongando e citando ²⁴ o de S. Paulo aos Coríntios – apresenta-a, ele também, num contexto escatológico. O exercício terrestre da caridade, dinamizando nesta terra todas as virtudes, é o caminho que conduz ao seu exercício eterno. Ele arrasta mesmo o amor misericordioso para si mesmo, para um «si» sempre miserável em todos os sentidos nesta vida terrena:

«Mas antes que haja misericórdia dos outros, convém que primeiro haja misericórdia de si mesmo, emendando sua vida, e curando as chagas de sua alma, e quebrantando e mortificando as más inclinações e desejos de sua carne. Porque grande desordem é haver dó dos males e misérias alheias, e não das de sua própria alma; socorrer às misérias alheias pequenas, e não às suas grandíssimas, quais são os vícios e pecados. Polo qual os

²³ *Catecismo*, p. 87.

²⁴ 1Cor 13.

verdadeiros misericordiosos primeiro acodem aos males e doenças de sua alma, e depois abrem entranhas pera aproveitar e ajudar os outros espiritualmente e corporalmente».²⁵

O autor sublinha aqui, na pegada do Aquinato ²⁶ e de Agostinho,²⁷ que existe e deve existir uma ordem no exercício da caridade: em harmonia com o Evangelho, não podemos amar o próximo se não nos amamos a nós mesmos, e não podemos amar-nos a nós mesmos na realidade se não preferimos a nossa alma imortal ao nosso corpo mortal. Donde a conclusão inesperada e paradoxal, mas verdadeira: não mortificar os desejos carnis é não amar a sua alma, é não se amar a si mesmo; mortificá-los, longe de ser crueldade para consigo próprio, torna-se misericórdia que condiciona a permanência eterna no amor autêntico de si.

Destes ensinamentos resulta uma constatação importante: o caminho espiritual e sacramental do cristão, para o fazer passar da terra ao céu, faz-lhe exceder uma misericórdia somente corporal para com o outro e para consigo, para uma misericórdia primeiro espiritual e depois corporal. Esta dupla misericórdia é o efeito de uma caridade enraizada na fé e cheia de esperança.

As homilias sobre Maria – que vamos ver a seguir – vão mostrar-nos a aplicação, à criatura privilegiada por excelência, desta espiritualidade da esperança amante, no contexto da teologia dos «dois “Adão”» inerente à doutrina de Cristo Mediador.

A mariologia de Bartolomeu dos Mártires

Para expor a visão do arcebispo de Braga sobre o papel de Maria na economia da salvação, analizaremos os seis sermões que ele lhe consagra a propósito das festas (Conceição, Natividade, Anunciação, Visitação, Purificação e Assunção) da Virgem Maria, intercalando a sua explicação do *Credo* e do parto virginal do Deus feito homem.

²⁵ *Catecismo*, p. 311, «Sermão em a festa da Assunção de N. Senhora».

²⁶ S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II. II. 25.

²⁷ Santo Agostinho, *De Doctrina christiana*, I, 27-28ss.

Bartolomeu apresenta sempre as virtudes da Virgem Maria em conexão com a nossa luta contra o pecado e para adquirirmos as virtudes salvíficas. Poderíamos dizer: a sua mariologia é essencialmente ética e, por isso, bíblica e doutrinal. Esta acentuação confere-lhe originalidade no seio da imensa produção mariológica que precedeu e seguiu o seu *Catecismo*. A nossa selecção inspirar-se-á no cuidado de sublinhar os aspectos que, hoje, nos parecem originais. Vejamos.

1. O arcebispo, por ocasião da festa da Conceição de Maria, expõe o mistério da sua santificação no seio da sua mãe santa Ana, contrastando-a com os dias da nossa concepção e nascimento no pecado original. No que nos diz respeito, estes dias são – como Job (7, 3-12) e Jeremias (20, 14-18) tão bem o viram – dias tristes e amaldiçoados. Reflexão, à primeira vista, cheia de um pessimismo surpreendente, num dia de festa! Porque não parece que faça qualquer alusão à alegria de ser e de viver, numa natureza onde o pecado original não corrompeu a essência; ou, noutro sentido, esta alegria excede a tristeza das misérias da vida mortal.

Todavia, se integramos esta apreciação negativa na visão de conjunto da fé cristã, ela parece perfeitamente aceitável: a entrada numa existência mortal, pecadora, ameaçada de se acabar pela passagem ao inferno eterno, é – enquanto qualificada assim – um desastre que não suprime mas atenua a alegria de ser e de viver, a consciência exaltante de receber a missão de construir o mundo e a Igreja, a esperança da vida eterna. Escutemos então a voz do Venerável que continua a falar:

«Fizeram estes Santos [Job e Jeremias] este pranto em sua pessoa e de todos os filhos de Adão, herdeiros da lepra do pecado original em que são concebidos e nascem, considerados os tristes juros da sua concepção e nascimento, que são nascerem todos filhos da ira de Deus, herdeiros da morte eterna e inferno, se a misericórdia de Deus e o sangue do Redentor lhes não valer e os fizer ser de novo concebidos e nascidos em filhos de Deus e herdeiros do Céu. E, porque todos nascem incertos de sua salvação, não sabendo se hão-de escapar das tentações e perigos deste mundo, e onde hão-de ir parar, portanto com muita razão se pranteia o concebimento e nascimento de todos os pecadores.

Mas o concebimento e nascimento da Virgem Sagrada não entra neste conto. É dia de festa e de alegria, e não de pranto,

por quanto, como foi concebida, foi logo santificada, e cheia de toda a graça, ornada de todos os dons espirituais, concebida não somente pera glória de sua pessoa, pera vir ser Rainha dos Anjos, mas também pera glória de todo o mundo, pera reparação e salvação do género humano. E, por isso, digno é o presente dia ser celebrado com toda a solenidade e prazer, pois nele se edifica o templo de Deus, e o paço em que há-de morar o Rei da glória».²⁸

Encontramos aqui acentuadas as consequências desta «dor pela salvação perdida» que é a compunção; se o pecado original, por si, traz a incerteza da salvação, a concepção de Maria, imediatamente santificada,²⁹ é vista como proposta de salvação do género humano, enquanto que ela prepara a vinda do seu Salvador. A tristeza de Job e Jeremias perante a salvação perdida ou ameaçada transforma-se então em alegria diante da salvação esperada, numa alegria tanto maior quanto ela se situa sobre o fundo do horizonte da tristeza de ser, por natureza – quer dizer, por herança de uma natureza corrompida –, filhos da cólera divina (cf. Ef 2, 3). Donde as últimas palavras da homilia: «*cumpramos os divinos Mandamentos, pera que, acabada nossa jornada, mereçamos ir reinar com a Virgem Sagrada*».³⁰ O contraste é surpreendente: «... *mais quisera não ser, que ser tal... de minha própria vontade me fiz mau... mereçamos ir reinar com a Virgem Sagrada*».³¹ Passagem do desgosto de existir à esperança da plenitude do ser!

2. O mesmo contraste aparece em força no tão poético sermão sobre a Natividade de Maria. O orador explora de modo extraordinário as variantes do vocabulário da luz. Nós nascemos nas trevas do pecado original; esta chamada de atenção serve para reforçar a luminosa constatação do Baptismo que nos arrasta para a semelhança com o destino de Maria:

²⁸ *Catecismo*, p. 328, «*Sermão em a festa da Conceição de N. Senhora*». Cf. Mt 26, 24: Jesus especifica, a propósito de Judas, a afirmação de Job e de Jeremias. Mas é realmente só a propósito de Judas.

²⁹ Bartolomeu crê num privilégio único concedido a Maria quando da sua concepção (p. 329) mas evita a expressão de imaculada concepção, preferindo antes a de concepção santificada (p. 315, nota). Ver ainda p. 332 baixo.

³⁰ *Catecismo*, p. 332.

³¹ *Ibid.*, p. 331. logo a seguir, depois da afirmação: «*Era bom pola graça de Deus, que recebi no Baptismo, e de minha própria vontade me fiz mau*».

«Dia verdadeiramente esclarecido. Em o qual, aos que moravam em trevas, primeiramente apareceu a Estrela da alva claramente prometendo que não tardaria muito o nascimento do sol da justiça, Cristo nosso Senhor... hoje nasce aquela Estrela do Mar que há-de parir o sol da justiça. «Quem é esta, diz Salomão, que sai como manhã clara?» (Cant 6, 9).

...a luz da manhã, dès que começa a romper, sempre vai crescendo e se vai perfeccionando, assi em resplendor como em fervor, té ser luz de meio-dia, claríssima e ferventíssima: assi a Virgem Sagrada, desde o dia em que nasceu até o dia que foi tresladada e exalçada sobre os coros dos Anjos, sempre foi crescendo em claridade e perfeição espiritual, em resplendores do conhecimento de Deus e em fervores de seu amor, té que chegou ao ponto e resplendor e fervor meridiano. O que se cumpriu quando, no dia de seu passamento, lhe foi dada claríssima vista de Deus e perfeitíssimo gozo sobre todas as puras criaturas.

A segunda cousa que tem a luz da manhã, é ser cabo e termo das trevas da noite. Assi, nascendo a Virgem Esclarecida, começou dar cabo à noite de todo tempo passado, que foi desno pecado de Adão té seu nascimento. E com muita razão se chama todo aquele tempo noite, pois que nem o sol nem a estrela de alva eram nascidos e assi, polas mui espessas trevas de errores e vícios em que o mundo estava, não somente a gentilidade, mas também o povo dos Judeus per Deus escolhido, no qual havia muitos e grandes pecadores e cegos idólatras...»³²

Toda a vida de Maria, depois do seu nascimento até à sua morte e à sua Assunção é, então, para o nosso autor, crescimento contínuo na luz e no amor. Estrela da alva e do mar, ela anuncia o Sol de justiça que vai gerar. Pensamos em Prov 4, 18: «A vereda dos justos é como a luz da aurora, que cresce até ao dia pleno».

Sublinhando o crescimento contínuo de Maria na compreensão do mistério de Deus, o teólogo dominicano tem certamente em vista uma tese comum no seu tempo e que, menos frequente hoje, permanece sustentável e defendida: a compreensão humana de Maria beneficiou, desde o momento da sua Imaculada Conceição, dum privilégio de ciência infusa na medida em que convinha à sua missão de futura Mãe de Deus.

³² *Catecismo*, pp. 313-314, «Sermão em a festa do Nascimento de N. Senhora».

Este conhecimento era dirigido pelo amor. Tal foi a doutrina de muitos santos, a tese que, pouco depois da morte de Bartolomeu, Francisco Suárez irá aprofundar.³³

Bartolomeu possui a sabedoria de não cortar este privilégio da condição comum dos servidores de Deus:

«... os verdadeiros servos de Deus são, neste mundo, como estrelas que, entre os pecadores como entre névoas, resplandecem (Sl 2, 15). E não há cidade nem lugar onde Deus não tenha algumas destas estrelas, cujos merecimentos e orações alumiam e conservam o mundo, ainda que muitas vezes não são conhecidas dos carnis e filhos deste mundo, porque não curam vender sua santidade, antes escondem em seu peito a glória de sua luz... E contudo, em suas obras e palavras, não pode deixar de tresluzir o lume de sua alma...».³⁴

Os justos, e sobretudo Maria durante a sua vida terrena, são então os salvadores temporais do mundo, que Deus não aniquila por causa das suas orações e dos seus méritos.

O autor alcança assim santo Antonino de Florença³⁵ e antecipa em parte outros teólogos posteriores³⁶ que verão o universo físico suspenso das orações e das lágrimas de Maria junto à Cruz.

O esplendor destas considerações não lhe fez sequer esquecer o fim que ele pretende: a conversão dos pecadores.

«Ó mal-aventurado de ti, pecador! De que serves neste mundo? Não serves de outra coisa senão de ser uma nuvem negra e escura, que vive para escurecer a luz do conhecimento de Deus e vida evangélica. Maldita é a cidade... em que vives... pois que nela... não fazes outra coisa senão impedir que não apareça aos homens a luz da vida e doutrina de Cristo.

És um treslado nas terras de vida carnal e infernal».³⁷

³³ Cf. B. de Margerie, «Nescience, science et sagesse de Marie selon Suárez», *De cultu mariano saec. XVI. Acta Congressus Mariologici-Mariani* (Saragoza 1979), t. V, Acad. Mariana, Roma 1984, pp. 329-364; citando longamente o grande teólogo nas suas *Opera omnia*, t. XIX, *Mysteria Christi*.

³⁴ *Catecismo*, pp. 314-315.

³⁵ Santo Antonino de Florença, *Summa Theologica*, tit. XV, c. 10 e 14; cf. B. de Margerie, «La maternité spirituelle de Marie dans le passé, le présent et l'avenir du monde», *Marianum* 46 (1984), pp. 76-111: «VI: Implications cosmiques de la maternité spirituelle: Marie, Mère du monde».

³⁶ Particularmente o bispo dominicano P. de Godoy, morto em 1677.

³⁷ *Catecismo*, p. 315.

Compreende-se bem que o pregador não se contente com estas constatações negativas; elas não são para ele senão uma ocasião para encorajar os crentes para a confissão e a comunhão sacramentais, que restauram em nós a graça do Baptismo.³⁸

Para Bartolomeu, o nascimento de Maria é precisamente a ocasião de contemplar o triplo nascimento do cristão: nascido no pecado original, ele renasce na graça do baptismo por um renascimento santo, e ainda, no caso de faltas voluntárias posteriores, ele renasce voluntariamente para a graça pelos sacramentos da Confissão e da Eucaristia: *«tornamos a nascer em filhos de Deus e recuperamos o direito da herança celestial»*.³⁹

3. A Conceição Virginal do Filho de Deus por Maria apresenta ao espírito de Bartolomeu uma dupla verdade, dando uma dupla lição ética, mas de alcance ontológico:

«... o Filho de Deus foi concebido no ventre virginal de Maria per virtude do Espírito Santo... assi nós procuremos a regeneração e concebimento espiritual, e... de carnis sejamos feitos espirituais e filhos de Deus, sem o qual concebimento nenhuma cousa valemos, e melhor nos fora nunca ser nascidos neste mundo».⁴⁰

Encontramos aqui o pensamento inspirado em Job e Jeremias, relidos à luz paulina da revelação do pecado original, que afecta a pessoa humana quando da sua vinda ao mundo. O autor aclara: são as três virtudes teologais, a fé, a esperança e o amor que fazem do ser humano um «homem espiritual»:

³⁸ *Ibid.* p. 326, a comparar com a p. 158: *«Para que aguardar de ano em ano?»*, pergunta o autor a propósito da confissão. E continua: *«Daí vem caíres tão amiúde e de cada vez seres pior porque não buscas o remédio e a mezinha que Deus te deixou... Se te costumasses a confessar muitas vezes, fá-lo-ias com muito gosto e consolação. Agora há medo de entrar em ti e ver o abismo de culpas que ajuntaste todo ano. Se te confessares cada mês ou cada dois meses, não padecerás estas angústias... andarias com a consciência aliviada e consolada, andarias melhor aparelhado para morrer, e indo ao Purgatório terás lá menos penas. Porque cada vez que humildemente te confessas, te é perdoada e quitada alguma parte das penas do Purgatório e, às vezes, todas»*.

³⁹ *Catecismo*, p. 316. Se, na linha de S. Agostinho, o autor admite que as crianças merecem – por causa unicamente do pecado original – penas sensíveis, há aqui um exagero manifesto que a Igreja, pela voz de Pio IX, recusou.

⁴⁰ *Catecismo*, p. 28.

«Se perguntardes que cousa é ser um homem espiritualmente concebido per virtude do Spírito Santo, digo que é estarem em uma alma viva aquelas três divinas virtudes: fé, esperança e caridade».⁴¹

Depois, se o Filho de Deus escolheu para Mãe uma Virgem perpétua – antes, durante e depois do parto –, foi para nos ensinar a amar a castidade, cada um segundo o seu estado: «*O Senhor namorado da castidade não quer Mãe senão Virgem*». Ele quer «*a mortificação da luxúria que tem seu assento nos rins (Lc 12, 35)*».⁴²

Dito de outra maneira, o Natal não evoca somente, para Bartolomeu, a pobreza do Presépio, mas principalmente o ver a prática da virtude da castidade. Eis-nos na presença de um dos numerosos pontos pelos quais o seu *Catecismo* é mais actual do que nunca.

4. Bartolomeu contrapõe a única Visitação pela qual Jesus e Maria santificaram João Baptista e Isabel às múltiplas visitas que nós recebemos quando éramos incapazes, por causa do pecado mortal, de visitar o Senhor:

«... a ele [João] só uma vez o visitou o Senhor com o lume de Sua graça: o qual, uma vez recebido, sempre conservou. E tu, muitas vezes desprezando o mesmo lume, apagando-o com pecados mortais, não te desamparou, mas tornou-te a visitar muitas vezes com misericordiosas inspirações, chamando-te e convidando-te que quisesses tornar à luz. Ai de ti que caíste em pecado mortal depois do Baptismo! Se o Senhor te não viesse buscar e visitar, em teu pecado morrerias pera sempre: porque tu a Ele não o podes visitar primeiro. O sol da justiça e bondade é aquele que primeiramente, com seus raios, vai visitar aqueles que estão em trevas de culpas e sombra da morte: porque doutra maneira nunca tornariam ao lume».⁴³

Para o arcebispo de Braga, a Visitação não manifesta então somente a pressa do amor fraterno em vir em socorro do próximo, mas antes, e sobretudo, a misericórdia da Virgem santa inquieta por visitar

⁴¹ *Ibid.*, pp. 28 e 55.

⁴² *Ibid.*, p. 30.

⁴³ *Ibid.*, p. 302.

– para dissipar pela sua luz – as trevas do pecado, numa visita corredentora: a Vida aproxima-se da morte.

A imaginação e o realismo do Pastor descrevem-nos a diferença entre o acolhimento reservado à sua Visitadora, por um lado, por Isabel e João e, por outro, pelos pecadores – quer dizer, por nós:

«... quando Deus nos chama com suas inspirações que nos convertamos a Ele, não somente não abrimos as janelas, mas atrancamo-nos e fazemo-nos fortes contra Ele, acumulando rezões e escusas per ainda dormir mais no estado da culpa, lançando a emenda da vida pera outro tempo! Semelhantes àqueles que, quando querem ainda mais dormir, bradam com quem lhe quer abrir as janelas ou trazer candeia, dizendo: – Não abras essa janela, tira lá essa candeia, deixa-me dormir a meu prazer. Assi, aos pecadores obstinados, suas trevas são os seus deleites, não podem gostar a luz do Céu.

O lume por onde encaminham seus passos e obras é o fogo dos desejos e apetites carnis. Polo qual, justamente polas trevas que amaram,⁴⁴ serão passados às trevas eternas e, polo fogo de torpes desejos em que arderam, serão treslados ao fogo eterno».⁴⁵

Por outras palavras, os mistérios da vida terrena de Jesus e de sua Mãe, devem ser, aos olhos do nosso pregador, constantemente situados, meditados e contemplados no contexto do fim último do homem, como da sua resposta à sua vocação sobrenatural. O autor nunca perde de vista o contraste entre o ideal e o real.

Daí o seu comentário inesperado do *Magnificat*:

«E, assi como o Senhor é engrandecido em a alma vertuosa, cuja imagem e semelhança de Deus está reformada pola graça e dons sobrenaturais, assi, polo contrário, em a alma viciosa, quanto em si é, é Deus abatido, porque Sua imagem está nela afeada e escurecida. Ó miserável pecador... Como podes dizer estas palavras da Virgem: *Minha alma magnifica o Senhor?* Com mais verdade poderás dizer: *Minha alma abate e despreza o Senhor!*

⁴⁴ Alusão a Jo 3, 19.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 303.

E muito menos poderás dizer o que logo a Senhora disse: – *Alegrou-se meu espírito em Deus meu Salvador...* Assi, tu, se quiseres confessar a verdade, dirás: – *Meu coração se alegra em cousas torpes e vãs, e não em Deus minha salvação*». ⁴⁶

Como se compreende, o Pastor catequista não quer terminar com esta nota verdadeira mas negativa. Ele conclui então a homilia com um convite à oração pela conversão pessoal:

«... conhece tua insensibilidade, e, ao menos, instantemente ora e pede ao Senhor que, assi como Ele fez que o menino S. João (o qual ainda a si mesmo não sentia) ⁴⁷ sintisse e se alegrasse com sua visitação, e no ventre da mãe desse saltos com prazer, assi faça que tu sintas as cousas de tua salvação, e te alegres com elas, e abras logo a porta ⁴⁸ ao Salvador quando te vier visitar com suas santas inspirações, pera que Ele, na hora da morte, te abra a porta da vida eterna». ⁴⁹

5. A insistência contínua de Bartolomeu sobre a diferença entre a santidade imaculada de Maria e nós pecadores facilitava-lhe a explicação do mistério da Apresentação do Menino Jesus no Templo por Maria num contexto de corredenção; donde esta invocação à Virgem:

«Ora, Senhora, vinde e trazei vosso Filho ao Templo, e ofereci-O a Deus por todos nós-outros, porque nós não temos cousa digna que Lhe ofereçamos. Se lhe quisermos oferecer nossas almas, ai! que temos deformada e afeada aquela beleza e fermosura que no baptismo alcançámos! Lavou-nos o Senhor em água baptismal das máscaras que herdámos de Adão, e fez em nós resplandecer Sua imagem que do ventre de nossas mães trouxéramos escurecida e suja. E nós, ingratos e cegos, tornámo-la a destruir e sujar, e figurar em nós a imagem do diabo! E, por isso, Senhora, não nos atrevemos oferecer nossas almas.

Se Lhe quisermos oferecer nossos corpos, vilíssima oferta faremos. Porque, se S. Paulo dizia que «não havia cousa boa em

⁴⁶ *Catecismo*, p. 305.

⁴⁷ O arcebispo quer dizer certamente que João Baptista – por um dom de Deus – gozava já de Deus antes mesmo de ele ter uma consciência reflexiva de si mesmo no plano natural.

⁴⁸ Alusão a Apoc 3, 20.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 306.

seu corpo»⁵⁰ (o qual andava mais espiritualizado que nossas almas), que será dos nossos?

Pois, se Lhe quisermos oferecer nossas obras, tais são que mais nos convém bradar com David – Senhor, afastai vosso rosto de meus pecados.⁵¹ E, se Lhe quisermos oferecer as boas obras que fizemos, tão misturadas andam as mais delas de faltas e imperfeições, que mais nos convém, com Isafas, compará-las a pano manchado de sangue (Is 64, 6).⁵²

Vemos com que força o nosso bispo-catequista denuncia quanto nós, filhos de Adão, constituímos nos nossos corpos, nas nossas almas, nas nossas obras, uma oferenda indigna de Deus, por causa de nossos pecados actuais. Quererá dizer que o pregador renuncia a lançar-nos num acto de oferenda de nós mesmos? Nunca. Porque a sua fé no Cristo Mediador e na mediação subordinada de sua Mãe imaculada lhe mostra e faz mostrar a solução: a oferenda de Cristo na Missa purifica a oferenda dos nossos corações e das nossas obras e torna-a agradável ao seu Pai celeste.

«Por isso, Senhora, ofereci por nós essa oferta de infinita limpeza e valor, a qual, só per si, é infinitamente agradável ao Padre celestial, e só ela pode purificar e fazer grata diante d’Ele a oferta de nossos corações e obras.

Polo qual... a profecia de Malaquias... compara este Menino, por nós hoje oferecido, a fogo que funde e purifica o ouro e a prata, e a erva de lavandeiros: porque só Ele pode alimpar as escórias e mágoas de nossos corações e obras».⁵³

Admirável imagem: Cristo, Anjo da Aliança, fundidor, lavadeiro e limpador das nossas obras, purifica-as e afina-as no seu Sangue, até elas se tornarem, para Javé, ouro e prata, quer dizer, uma oferenda segundo a sua justiça, uma oferenda que não o ofenda mas o glorifique (Mal 3, 1-4; cf. 1, 8-12).

Dito de outra maneira, para o bispo dominicano, a nossa integração na oferenda de Cristo na Missa pressupõe que fomos purificados por Ele.

⁵⁰ Rom 7, 18.

⁵¹ Sl 50, 11.

⁵² *Catecismo*, pp. 285-286.

⁵³ *Catecismo*, p. 286.

Curiosamente, porém, não sublinha que os cristãos em estado de graça estão já – embora de maneira incompleta – purificados pelo Cristo Mediador e constituem – em linguagem bíblica – os santos da Nova Aliança; eles podem então, como acentuará o Concílio Vaticano II,⁵⁴ oferecer as suas actividades por Cristo ao Pai como oferendas espirituais agradáveis a Deus. O nosso Bartolomeu parece antes deixar entender que o cristão ordinário, participando na missa, está em estado de pecado mortal... Mas responderia sem dúvida que mesmo os cristãos em estado de graça o estão em virtude duma purificação expiatória e preservadora realizada por Cristo, divino branqueador das suas obras.

Se o seu pessimismo permanece limitado – mesmo quando transparece claramente, como aqui –, não deixa de se desvelar quando comparamos o tratamento do mesmo tema por ele ou pelo seu mestre, superior e amigo Luís de Granada, um outro grande autor religioso da literatura clássica portuguesa. Também ele nos deixou um sermão, publicado em Lisboa em 1559, para a festa da Purificação. Aí lemos:

«Ajunta tuas orações com as orações de Cristo, tuas lágrimas com as suas, teus jejuns e vigílias com as suas, e oferece-os ao Senhor, pera que o que por si é de pouco preço por ele seja de muito valor. Uma gota por si tomada não é mais que água, mas lançada em uma pipa de vinho fino, toma outro mais nobre ser e faz-se vinho; e assi nossas obras que, por parte de ser nossas, são de pouco valor, ajuntadas com as de Cristo se fazem de preço inestimável».⁵⁵

Aqui não se trata de purificação, mas de participação. Raciocínio filosófico e colorido perfeitamente correcto e que o arcebispo de Braga subscreverá também; mas a profundidade existencial deste parece-nos maior e mais paulina.

⁵⁴ Vaticano II, Constituição *Lumen Gentium*, nº 34: «Todos os seus trabalhos (dos leigos), orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Ped 2, 5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia».

⁵⁵ Luía de Granada, O.P., «Sermão na festa da Purificação», em *Compêndio de Doutrina Cristã*, Lisboa 1559, p. XI (anexo).

Conclusões críticas

Se o leitor fica, ainda hoje, fascinado pelos sermões catequéticos do bispo-teólogo, contudo, não lhe escapam muitos dos seus limites.

Embora a Escritura seja abundantemente citada e muitas vezes comentada com gosto, nos sermões sobre Maria, paradoxalmente, utiliza relativamente poucos lugares bíblicos que lhe dizem respeito, devido certamente, em parte, às insuficiências da exegese do tempo.

Mais surpreendente ainda: nem sempre tudo é de bom gosto, pelo menos aos olhos dos leitores do século XX, como nós! Assim, nunca pensaríamos falar hoje aos nossos ouvintes do «vômito da confissão»!⁵⁶

Sobretudo, no seio de uma vasta herança tomista, o bispo dominicano recolhe muitas vezes, de preferência, alguns aspectos agustinianos mais pessimistas, deixando cair pontos de vista mais positivos (mas é necessário, no entanto, sublinhar, diante do optimismo sobrenatural de Bartolomeu, esta apreciação).

Particularmente, o pregador, dirigindo-se a uma população quase analfabeta, e não a uma elite, não parece interessar-se muito pela construção da Cidade terrena, aprofundada pelo seu mestre Tomás de Aquino na peugada de Aristóteles. Mas – reconhecamo-lo – a leitura das obras propriamente teológicas de Bartolomeu deixaria talvez uma impressão diferente.

De qualquer modo, estas críticas negativas empalidecem diante das muitas razões elogiosas.

O *Catecismo* do arcebispo de Braga não é abstracto, mas concreto, muito realista, muito próximo do que vivia o seu povo. Está carregado de imagens bíblicas e não-bíblicas a ponto de apelar continuamente à imaginação do leitor.

Melhor ainda: todas estas qualidades estão ao serviço de uma doutrina bela e profunda, mesmo sendo severa. O autor mostra uma grande aptidão em resumir e sintetizar. No contexto da teologia da

⁵⁶ *Catecismo*, p. 158.

época, deixou-nos um catecismo integral, susceptível de completar, no seio do mundo lusófono do nosso tempo, muitos catecismos de hoje, ou de nos ajudar a explicá-los.

Quer dizer que o *Catecismo* do prelado dominicano continua, no seu conjunto e em quase todas as suas partes, fundamentalmente actual e útil, como instrumento de doutrina e pregação. Se não utiliza o método das perguntas e respostas, chega em parte ao mesmo resultado, graças aos contrastes dialécticos tão frequentes. Constitui mesmo – coisa rara para um catecismo! – um manual de espiritualidade, que ajuda na preparação para a oração mental.

Apêndice. O aprofundamento, por Amador Arrais, da tristeza diante da existência terrena, tema estudado por Bartolomeu

Vimos como o arcebispo de Braga se inspirava em Job e Jeremias para se lamentar – no contexto do pecado original – diante da vida terrena.

Poucos anos depois, Amador Arrais, no seu *Diálogo Primeiro*, cap. 17, lança uma grande luz sobre este tema obscuro:

«Posto que maldição propriamente seja a que se lança por alguma culpa, entendi que também as criaturas que não participam dos sentidos nem da razão se podem maldizer, enquanto têm ordem aos homens e são meios pelos quais lhes veio ou pode vir algum mal. Deste modo maldisse Deus à serpente e à terra para que, não respondendo ao homem com os frutos por meio dela punisse seu pecado...

Do mesmo modo maldisse Job a noite de sua conceição e o dia da sua nascença enquanto meios que o introduziram no mundo em ira e desgraça de Deus pelo pecado original, arriscado às penalidades e contrastes da vida humana de sorte que o maldixou enquanto mau.

Que segundo o uso da Escritura, chamasse o tempo mau ou bom segundo o mal ou bem que nele se faz: donde veio chamar S. Paulo aos dias maus.

E notai o que ganhou este santo filósofo [Job] em lamentar o dia de seu nascimento e o que perdeu Herodes em o festejar... Em terra, os contentamentos se nos dão por onças e as dores e lágrimas às arrobadas, as alegrias nunca se detêm conosco, nem nos são naturais mas acidentais...

Só aqueles que nos ventres de suas mães antes de nascerem foram santificados e postos em graça com Deus devem festejar seus nascimentos e tomar nos tais dias prazer e alegria pois nasceram livres e isentos da principal causa que os nascidos em pecado têm para chorar».

Na época de Job e Jeremias, o pecado original, contraído por cada ser humano após a sua vinda a este mundo, não tinha sido ainda claramente revelado. Isto aconteceu apenas com o Apóstolo Paulo (Rom 5). Em vez de celebrar os nossos aniversários de nascimento, celebremos agora os do nosso baptismo!

INTRODUÇÃO À EXORTAÇÃO APOSTÓLICA “VIDA CONSAGRADA” - II

P. CAMILO MACCISE

(Continuação do número anterior)

5. O Sínodo sobre a vida consagrada

No dia 30 de Dezembro de 1981, o Santo Padre convocou a nona Assembleia Sinodal para reflectir sobre a vida consagrada. Alguns consideraram-no como um complemento lógico do tratamento das duas Assembleias Ordinárias anteriores que se ocuparam do laicado e do sacerdócio.

A) A resposta da vida consagrada

O anúncio do tema deste Sínodo Ordinário desencadeou um movimento de estudo e reflexão por parte da vida consagrada muito antes de serem publicados os *Lineamenta*. A União de Superiores Gerais (USG) e a União Internacional de Superiores Gerais (UISG) organizaram sessões de estudo e intercâmbio. A USG dedicou três das suas assembleias semestrais a analisar, com a ajuda de especialistas, os temas da identidade, comunhão e missão. Mas, sobretudo, organizou um Congresso Internacional sobre a Vida Consagrada que se celebrou em Roma de 22 a 27 de Novembro de 1993. Nele participaram 520 Superiores e Superiores Geras, membros de Conselhos Gerais, Presidentes de Conferências nacionais de religiosos e religiosas de sessenta países e uma centena de teólogos e teólogas da vida consagrada. Frutos do Congresso foram a publicação do livro *Carismas*

na Igreja para o mundo. *A vida consagrada hoje*, editado em quatro línguas, e as *Convicções e propostas dos Superiores Gerais*, apresentadas à Secretaria Permanente do Sínodo.

Publicados os *Lineamenta*, as pessoas consagradas estudaram o documento e responderam às questões que propunha. Em relação a outros Sínodos a percentagem das respostas foi das mais elevadas: 66,05%. Só foi superado pela dos Sínodos de 1974 sobre a Evangelização (74,38%) e pela de 1977 sobre a Catequese (67,18%).

B) Um *Instrumentum laboris* esperançador

O *Instrumentum laboris*, documento preparado à luz das respostas dadas aos *Lineamenta*, constituiu um motivo de esperança neste período de preparação para o Sínodo.

O *Instrumentum Laboris* parte da realidade da vida consagrada no momento actual, com as suas luzes e sombras. Depois, na segunda e terceira parte, faz uma reflexão teológica sobre a sua missão dentro de uma Igreja de comunhão.

Termina com a apresentação dos desafios que se apresentam à luz dos sinais dos tempos e das exigências da nova evangelização. O método mais existencial (ver, julgar e agir) e o conteúdo do *Instrumentum laboris* despertaram interesse e entusiasmo diante do Sínodo.

C) Consegue-se uma maior participação de consagrados e consagradas

Nesta etapa de preparação para o Sínodo pediu-se ao Santo Padre e conseguiu-se que participassem na Assembleia sinodal, além dos dez Superiores Gerais, escolhidos pela USG, segundo o regulamento sinodal, um maior número de consagrados, mesmo não-sacerdotes e especialmente de religiosas. Elas constituem o 72,5% da vida consagrada. No fim, dos 349 participantes (o maior número até hoje) 21 foram Superiores Gerais (dez eleitos pela USG e onze nomeados pelo Santo Padre). Dezasseis deles participaram como membros com voz e voto; e, entre *ajudantes* da Secretaria e *ouvintes*, 35 consagrados e 59 consagradas. Outros dados estatísticos interessantes podem ser: entre os participantes havia 9 que tinham participado em todas as sessões do Vaticano II. Os Bispos religiosos deste Sínodo foram 76. Pela primeira vez participaram num Sínodo 96 sinodais.

D) Unidos à volta de Pedro

Uma experiência sinodal que deixa a sua pègada é, sem dúvida, o facto da presença do Sucessor de Pedro em todas as Assembleias Plenárias. Compreende-se assim a sua função de conservar a comunhão e a unidade na diversidade. O Papa João Paulo II esteve presente em todas as Assembleias plenárias. A sua presença era próxima e familiar.

E) Um ambiente de fraternidade crescente

O Sínodo foi uma experiência da Igreja comunhão. Uma comunhão na diversidade. À medida em que se avançava no seu desenvolvimento, podia-se constatar uma cordialidade sempre crescente. As discussões e o intercâmbio de pontos de vista realizava-se respeitosamente. Nos primeiros dias, algumas intervenções duras e agressivas de pessoas marcadas por experiências negativas que não conseguem superar, criaram um pouco de desencanto. Depressa, porém, prevaleceu a serenidade, sem que isso signifique que não se escutaram até ao fim juízos negativos e fortemente críticos sobre a vida consagrada, seus problemas e dificuldades.

Contudo, a possibilidade de os participantes falarem entre si de modo informal nos intervalos e de maneira próxima e pessoal nos grupos de trabalho, foi revelando pouco a pouco o caminho que tinha de percorrer para conseguir um entendimento nascido da aceitação das diversas perspectivas e preocupações. Pudemos dar-nos conta de como, na realidade, se procura o bem e a verdade. Não faltam, é certo, pessoas demasiadamente polarizadas, mas a imensa maioria esteve aberta ao diálogo e à confrontação séria e serena. Nas Assembleias plenárias houve sempre liberdade de expressão. Cada um pôde escolher o tema sobre que queria intervir e sempre se respeitou a ordem de inscrição para a apresentação dos temas e para as discussões nos grupos linguísticos.

F) Os grandes temas do Sínodo

Já na celebração do Congresso Internacional da Vida Consagrada (Novembro de 1993), se destacaram alguns temas importantes no momento actual e na perspectiva do futuro. O tema da diversidade dos carismas e da necessidade de os reler desde uma fidelidade criativa. A urgência de uma renovação a partir de uma nova espiritualidade. A importância da formação inicial e permanente. O papel da mulher consagrada. A íntima união entre consagração, comunhão e missão. As novas

formas de vida consagrada. As relações numa Igreja de comunhão. A inculturação. O profetismo da vida consagrada e a nova evangelização.

No Sínodo voltaram a aparecer nas intervenções dos sinodais. Poderíamos agrupar estas intrenvenções da seguinte maneira:

a) Intervenções que descreveram a *situação da vida consagrada* num país ou numa região. Foram de todos os tipos: laudatórias do que fez no passado e do que faz no presente; fortemente críticas e recriminatórias de atitudes dos consagrados na sua relação com a hierarquia e na sua acção pastoral. Passava-se aqui facilmente de um extremo para outro na apreciação da vida consagrada. Pedia-se maior docilidade e disponibilidade para se integrar na pastoral de conjunto sem ter em conta, por vezes, a diversidade dos carismas ou pedia-se diálogo e colaboração não só na execução, mas também na elaboração dos planos de pastoral de conjunto nas Igrejas particulares. Punham-se em questão atitudes «desviadas» dos consagrados ou confessava-se que, graças a eles, funcionavam as coisas em muitos lugares. Falou-se também de como se encontra a vida consagrada nas diversas partes do mundo: vitalidade, vocações, liberdade religiosa, formação, colaboração entre os diversos Institutos, desafios que se apresentam. Atenção especial mereceu a situação da vida consagrada no Leste europeu ou em países que sofrem a opressão.

b) Intervenções de *carácter teológico*. Aqui tratavam-se diversos aspectos da teologia da vida consagrada. Falava-se da sua identidade, desde diversas teologias. Pediam-se definições claras do que é e do que implica ser consagrado na Igreja. Discutia-se sobre o profetismo da vida consagrada, o seu sentido e os seus alcances; sobre a união dos diversos elementos que a constituem; sobre o sentido da fidelidade ao carisma, do seguimento de Jesus e da dimensão pneumatológica e eclesial da vocação à vida consagrada. Não faltaram vozes a perguntar sobre o que é específico da vocação à vida consagrada em relação às outras vocações na Igreja.

c) Intervenções que relacionavam a vida consagrada com *diversos aspectos da vida da Igreja e da sociedade*. Neste grupo estiveram, especialmente, os temas tratados pelos Prefeitos ou Presidentes dos diversos dicastérios vaticanos. Assim se falou da vida consagrada e da liturgia e sacramentos, da vida consagrada e do ecumenismo, da «missão ad gentes», da santidade canonizável, da família, dos leigos, do diálogo inter-religioso, da cultura, da educação e das universidades, dos meios de comunicação.

d) Intervenções sobre *assuntos internos da vida consagrada*. Entre eles o tema das vocações, do crescente envelhecimento dos seus membros em algumas regiões do mundo, a formação inicial e permanente, a espiritualidade, o processo de renovação, os votos, a vida comunitária, o hábito, as Constituições. Nesta temática destacaram-se, pelo número de intervenções, o problema dos irmãos não-clérigos nos Institutos clericais e «mistos», o monaquismo e o seu papel no passado e no presente, as novas formas de vida consagrada.

No que se refere aos irmãos, a maior parte das intervenções foram favoráveis a que se conceda aos *irmãos não-clérigos* todos os direitos, mesmo o de ser superior ou o de exercer a autoridade (excepto sobre aquelas coisas para as quais se requer a ordenação sacerdotal).

Do *monaquismo* falou-se com insistência por causa da presença, no Sínodo, de monjes e monjas ortodoxos ou de outras confissões cristãs, pela participação de muitos representantes da Igreja do Leste europeu e pelo facto de que o monaquismo põe de relevo os valores da vida consagrada em si mesma e não nas obras que realiza.

As *novas formas de vida consagrada* foram objecto de uma análise pormenorizada e crítica. No Sínodo puseram-se de relevo duas coisas: a necessidade de estar abertos aos novos caminhos do Espírito, examinando tudo e retendo aquilo que é bom, e a exigência de oferecer critérios para poder discernir a autenticidade destas novas formas de consagração.

e) Intervenções sobre *a mulher consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo*. Mencionou-se a importância que a sua presença tem em todos os campos da acção pastoral; a necessidade de que se reconheça e promova o seu papel na Igreja com uma participação mais activa nas estruturas da mesma e com uma formação inicial e permanente que a capacitem para tal. Sublinhou-se a necessidade de que se aprecie e valorize a perspectiva feminina no campo teológico e pastoral. Em relação à promoção da mulher consagrada na Igreja e a necessidade de a considerar maior de idade, abordou-se o tema da necessária revisão das normas actuais da clausura, não para acabar com ela, mas para deixar nas mãos das mesmas religiosas a prática concreta da observância da mesma e de a fazer mais flexível quando se trata da formação e da colaboração entre os mosteiros, por meio de associações e federações de âmbito nacional e supra-nacional.

f) Intervenções sobre os *Institutos seculares e as Sociedades de vida apostólica*. No Sínodo trataram-se algumas questões referentes aos Institutos seculares como forma particular de vida consagrada. Falou-se da sua característica específica, que é a de uma consagração a Deus que procede do seu compromisso com as realidades terrenas. Os Bispos foram convidados a favorecer esta vocação na Igreja e a permitir os seus sacerdotes a entrarem neles, esclarecendo que os Institutos seculares não podem ser, de modo nenhum, equiparados aos Institutos de vida religiosa.

g) Intervenções sobre o *tema da missão*. Foi vista desde diversos ângulos: a «missão ad gentes», os novos arquipagos, os desafios do mundo de hoje. Estes apresentam novos problemas que exigem respostas novas no anúncio do Reino, desde uma fidelidade criativa ao carisma do próprio Instituto. Pôs-se de relevo a necessidade de evangelizar todos os âmbitos da sociedade: o social, o político, o religioso, o cultural, o económico e o conjunto das suas relações, para fazer circular ali a seiva do Evangelho. Convidou-se ao diálogo ecuménico e inter-religioso e a uma melhor distribuição dos religiosos no mundo.

Falou-se de muitas maneiras da importância de utilizar os *meios de comunicação social* na transmissão da Boa Nova. Requer-se uma formação no seu uso para promover os valores evangélicos na sociedade de hoje.

Unido ao tema da missão destacou-se a necessidade da *inculturação* da vida religiosa, dada a diversidade de ambientes, raças e culturas, e diante da missão da Igreja, em ordem à evangelização de todos os povos da terra. É necessário entender a inculturação, disse-se, não simplesmente como um ajuste dos costumes, mas como algo mais profundo, que diz respeito ao carisma, às formas de apostolado, ao estilo de vida, à liturgia, à organização. A necessidade de inculturação afecta também as antigas igrejas da Europa pela evolução cultural dos últimos decénios.

Finalmente, devemos destacar, no tema da missão, a questão do *profetismo* da vida consagrada. Nas intervenções escutaram-se vozes positivas e negativas a este respeito. As primeiras faziam notar a necessidade do profetismo da vida consagrada enraizado no profetismo de cada cristão, ainda que leve a tensões saudáveis. Os que falaram negativamente insistiram nos critérios para reconhecer o autêntico profetismo: a experiência de Deus como ponto de partida, o amor à Igreja, a aceitação de ser questionado e de sofrer a incompreensão.

Chamados a ser enviados, os consagrados devem ser testemunhas de Deus no coração do mundo, indo para «o *deserto*, onde não há ninguém, para a *periferia*, onde se experimenta a pobreza e se partilham as necessidades da gente, para as *fronteiras* de situações difíceis onde se correm os riscos do anúncio do Evangelho»¹. Desde uma opção evangélica e preferencial pelos pobres estão chamados a ser artífices e promotores da paz, da justiça e da cultura.

h) Intervenções sobre as mútuas relações Bispos-religiosos-leigos numa Igreja de comunhão. As intervenções neste ponto foram muitas. Nelas se fazia notar que o documento *Mutuae relationes* (1979) sobre as relações Bispos-religiosos na Igreja, tinha dado muitos frutos. Pediu-se para se continuar a avançar nessa linha guiados por um documento novo que trate das relações entre todos os membros do Povo de Deus: consagrados, sacerdotes, bispos, leigos.

Insistiu-se na utilidade dos organismos de comunicação: comissões mistas bispos-religiosos, conferências de bispos, religiosos e religiosas no âmbito nacional e continental. Também se voltou a destacar a necessidade de que nos Seminários se estude a teologia da vida consagrada e nas casas religiosas a teologia da Igreja local.

i) Intervenções sobre a formação para a vida consagrada. Qualificou-se, na linha conciliar, como o caminho para a renovação e para poder responder aos sinais dos tempos. Trata-se de uma formação inicial e permanente que deve abarcar o aspecto espiritual, teológico e pastoral da vida consagrada. É necessário formar inicialmente sem arrancar da própria cultura, mas abrindo os candidatos à universalidade da Igreja. É importante a comunidade formativa e a formação de formadores.

j) Intervenções sobre a espiritualidade da vida consagrada. Não faltaram na aula sinodal intervenções sobre o sentido e a necessidade de uma espiritualidade da vida consagrada. Além de apontar os meios para alimentar essa espiritualidade: leitura e meditação da Palavra de Deus, Eucaristia, Sacramento da Reconciliação, oração, piedade popular..., apontaram-se também os elementos fundamentais para uma nova espiritualidade da vida consagrada hoje: a espiritualidade dos votos e da vida comunitária como expressões de fé, esperança e amor, a identificação com Jesus Cristo num estilo alternativo de vida, que supõe cortar as seguranças

¹ Instrumentum laboris, 10.

do poder, do saber e do ter e superar a tentação do aburguesamento. É necessário viver numa atitude permanente de êxodo e conversão para se abrir aos sinais dos tempos e aos desafios que apresentam, com uma espiritualidade incarnada e sem dicotomias nem reduccionismos, procurando unir o natural e o sobrenatural, o temporal e o eterno, o individual e o social, a imanência e a transcendência. E fazê-lo com uma grande liberdade evangélica («parresia»), que o Espírito comunica, para anunciar as exigências do Reino e denunciar o que se opõe a ele, num compromisso com a justiça e a paz, assumindo os aspectos conflictivos e martiriais, vistos desde a perspectiva do mistério pascal. Falou-se também de Maria como modelo de seguimento de Jesus na escuta da Palavra e na proximidade das necessidades de todos.

G) Uma lista de propostas para um documento papal

Parte da dinâmica dos Sínodos, como dissemos, é que, depois das discussões nos grupos, se apresente ao Papa uma série de proposições, que ajudarão na redacção de uma Exortação apostólica, posterior ao Sínodo.

A última parte do Sínodo dedicou-se totalmente a preparar, discutir e modificar as propostas definitivas do mesmo. Nelas se traduzem, em parágrafos breves e densos de conteúdo, os grandes temas estudados durante a Assembleia. Temas sobre a vida consagrada, a comunhão e a missão. Até aí chega o Sínodo. As 55 propostas, todas aprovadas por esmagadora maioria, são já, em si mesmas, um ponto de convergência sinodal. Elas, como veremos, foram tidas em conta na elaboração da Exortação apostólica.

H) Uma mensagem de esperança

Corrigida e decantada, através de uma análise e juízo sinodal, a *Mensagem do Sínodo*, dirigida a todos os membros do Povo de Deus, mas especialmente aos consagrados, tenta comunicar a experiência vivida nos dias de graça e comunhão do Sínodo. Começa com um hino de alegria e de acção de graças a Deus pelo dom da vida consagrada na Igreja e agradece aos consagrados o testemunho da sua vida segundo os conselhos evangélicos. Constata a riqueza da diversidade carismática na vida consagrada, que manifesta aspectos da vida de Jesus e os coloca ao serviço da Igreja e do mundo.

A vida consagrada, continua a *Mensagem*, é um carisma necessário na Igreja, que se deve viver em comunhão com ela, a partir da

Igreja particular, numa síntese vital entre consagração e missão, que se alimenta e fortalece na escuta atenta da Palavra de Deus. Deste modo, o consagrado pode viver a dimensão profética da sua vocação.

A *Mensagem* continua a fazer uma chamada aos religiosos e religiosas das Igrejas orientais, nas quais reconhece as origens da vida consagrada monástica, e convida-as à renovação e ao diálogo com as formas monásticas das outras Igrejas cristãs. Conclui com a constatação do compromisso da vida consagrada, desde a diversidade dos carismas, na nova evangelização, e com uma perspectiva de esperança, que se apoia na presença do Espírito na Igreja e vê em Maria «a primeira discípula e Mãe de todos os discípulos, modelo de fortaleza e de perseverança no seguimento de Cristo, até à cruz... protótipo da vida consagrada»².

I) O Sínodo: uma experiência de graça e de comunhão eclesial

Reflectindo sobre o acontecimento do Sínodo sobre a vida consagrada, creio que se pode qualificar como uma experiência de graça e de comunhão eclesial.

Antes de tudo, uma experiência de graça. Desde a sua etapa preparatória, experimentou-se o Sínodo como um momento especial; como um tempo de graça particular, um «kairós» para a vida consagrada. Foi uma oportunidade para uma tomada de consciência do seu carisma e missão, que impulsionou a procura de caminhos de renovação, como resposta ao Senhor da história, que chama os consagrados a segui-l’O numa forma de vida concreta, para ser enviados para o serviço dos demais. A iniciativa do Sínodo veio de Deus: «toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, no Qual não há mudança nem sombra de variação» (Tgo 1, 17). Ao mesmo tempo que foi dom, o Sínodo foi tarefa: reuniões, intervenções, discussões, momentos de convívio e intercâmbio fraterno, busca dos caminhos de Deus e da resposta aos seus desafios. O Papa punha-o de relevo numas palavras finais que dirigiu aos sinodais ao terminar uma refeição fraterna, depois da Missa de encerramento. Insistiu no facto de que a palavra «sínodo» indica um caminho pelo qual se avança unidos.

Na tensão da diversidade de carismas, pontos de vista e discussões, viveu-se uma *comunhão eclesial*, capaz de desdramatizar as situações, de

² IX Assembleia Geral do Sínodo (1994), Mensagem IX.

distinguir, na maioria dos casos, o essencial do acidental e de se abrir ao diálogo e a novas sínteses. Tocou-se com a mão o divino e o humano da Igreja; a sua condição de peregrina na fé e na esperança, santa e pecadora.

Esta experiência de graça e de comunhão passa através de um emaranhado de mediações, onde se tornam presentes a debilidade e a limitação humanas. O Espírito entra silenciosamente na história da Igreja peregrina e abre caminhos através do mar. A este propósito, na homilia da Eucaristia conclusiva, dizia o Papa: «O Espírito conhece os “tempos e momentos” nos quais é necessário chamar pessoas capazes de realizar as tarefas requeridas pelas circunstâncias históricas».

J) A Exortação Apostólica Vita Consecrata

Quinze meses depois do Sínodo, o Santo Padre oferece como conclusão do mesmo a presente Exortação apostólica. Nela recolhe os frutos da sua celebração, a partir dos «*Lineamenta*» para «*manifestar a todos os fiéis – Bispos, presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e leigos –, e ainda a quantos quiserem prestar atenção, as maravilhas que o Senhor deseja realizar, hoje também, através da vida consagrada*»³.

II. SENTIDO E ALCANCE DE UMA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL

As *Exortações apostólicas* pertencem ao tipo de documentos pontifícios nos quais o Papa, como Pai e Mestre, aconselha, orienta e expressa o seu ponto de vista sobre um tema determinado.

A partir desta descrição do que é o documento que examinamos, podemos compreender o seu sentido e finalidades.

Trata-se, antes de mais, de uma *exortação*, portanto, *não se pode pretender que seja um tratado teológico sobre a vida consagrada*. O Papa não pretende resumir toda a riqueza dos trabalhos sinodais, nem apresentar uma exposição completa de todos os problemas que a vida consagrada tem de enfrentar hoje.

³ Exort. apost, n. 4.

Quer oferecer:

– Um impulso aos consagrados, à semelhança do que fez o Concílio de Jerusalém na carta que enviou aos fiéis de Antioquia, que se sentiram animados com a sua leitura;

– Uma ajuda a todos os fiéis para conhecerem melhor os valores fundamentais da vida consagrada;

– Para estimular a reflexão e o estudo de alguns pontos particularmente relevantes na triple dimensão da consagração, da comunhão e da missão e estimular assim os consagrados a enfrentar espiritual e apostolicamente os desafios do momento presente;

– Tendo em conta as contribuições dos trabalhos do Sínodo e as orientações das catequeses sistemáticas que o mesmo Santo Padre ofereceu sobre a vida consagrada durante o período sinodal ⁴.

É este o significado do qualificativo «*apostólica*» que se dá à Exortação. O Santo Padre, consciente de tudo o que significou o período delicado e árduo da renovação pós-conciliar da vida consagrada, deseja dar orientações como Pai e Pastor da Igreja universal. Quer fazê-lo para ajudar a superar as inevitáveis tensões e dificuldades e para «fazer crescer a alegria de todo o Povo de Deus»⁵, ao dar-lhe a conhecer o significado desta vocação na Igreja.

A Exortação é também *pós-sinodal*, quer dizer, tem em conta a experiência do Sínodo desde a sua etapa preparatória, as suas reflexões e, de modo particular, as suas Proposições. O próprio Santo Padre faz referência às contribuições dos trabalhos sinodais que guardou ⁶.

⁴ Cf. id. n. 13.

⁵ *Ib.*

⁶ Cf. *Ib.*

III. VISÃO DE CONJUNTO DO DOCUMENTO E SEU FIO CONDUTOR

A) Visão de conjunto

O documento começa com uma *introdução*. Depois vêm as *três grandes partes* onde a Exortação apostólica se desenvolve. E termina com uma *conclusão*.

1. A introdução

A *introdução* (nn. 1-13) lança um olhar à vida consagrada na variedade das suas expressões como um dom de Deus para a Igreja (n. 3). As diversas formas de vida consagrada são um sinal da inesgotável criatividade do Espírito, que não se repete nem contradiz. Os novos e renovados estilos de consagração – que devem ser discernidos pela autoridade da Igreja – não suplantam os anteriores. São antes, novos ramos que crescem da mesma árvore e a embelezam (nn. 5. 12).

Nos números dedicados à introdução vão desfilando as diversas formas de vida consagrada: o monaquismo oriental e ocidental (n. 6), a ordem das virgens, os eremitas e as viúvas (n. 7), os institutos dedicados totalmente à contemplação (n. 8), a vida religiosa apostólica com a sua multiplicidade de expressões que vão desde os cônegos regulares até aos institutos missionários passando pelos mendicantes, os clérigos regulares e as congregações apostólicas dedicadas a múltiplas obras de caridade (n. 9). Finalmente mencionam-se os Institutos seculares (n. 10), as sociedades de vida apostólica (n. 11), e as novas expressões de vida consagrada (n. 12). Trata-se de caracterizar cada uma dessas formas, ainda que algumas sejam apenas mencionadas de passagem.

A *introdução* conclui com a indicação da finalidade da Exortação apostólica e do contexto mais amplo em que se deve situar, que é o contexto do Sínodo em todas as suas etapas (n. 13).

2. As três partes da Exortação apostólica

As *três partes centrais do documento papal* estão determinadas pelas três perspectivas desde as quais se contempla a vida consagrada: a *consagração*, a *comunhão* e a *missão*. Os títulos de cada uma delas são:

I. Confessio trinitatis – II. Signum fraternitatis – III. Servitium caritatis.

A primeira parte (nn. 14-40) considera a vida consagrada à luz do mistério trinitário. A segunda (nn. 48-71) detém-se a analisá-la como sinal de comunhão na Igreja. A terceira parte (nn. 72-112) vê a vida consagrada como uma *epifania do amor de Deus no mundo*. As três partes têm uma extensão bastante proporcionada dentro do conjunto.

3. A primeira parte: Confessio trinitatis.

A vida consagrada à luz do mistério trinitário.

A primeira parte (nn. 14-40), divide-se em quatro pontos:

- em louvor da Trindade (nn. 17-22)
- entre a páscoa e o cumprimento definitivo (nn. 23-28)
- na igreja e para a igreja (nn. 29-34)
- guiados pelo Espírito de santidade (nn. 35-40).

a) Em louvor da Trindade

O falar da vida consagrada à luz do mistério trinitário condiciona toda a exposição. Faz-se referência, de muitas maneiras, à dimensão trinitária que se descobre nos diferentes aspectos da vida consagrada.

Três imagens bíblicas, interpretadas de maneira acomodatória e sóbria, estão presentes nesta primeira parte: abre-a a imagem de *Cristo transfigurado* (nn. 14-16), para sublinhar a atracção do seu fulgor que está na origem da vida consagrada. Outra, a da *luta de Jacob com o anjo de Javé* (n. 38), que ilustra o combate espiritual, encerra a reflexão. No interior desta primeira parte, a imagem de *Pedro e Maria no cenáculo* (n. 34) quer pôr de relevo o significado *esponsal* da vida consagrada, simbolizado em Maria, como complemento do *ministerial*, do qual Pedro seria o protótipo.

Na *perspectiva trinitária*, a vida consagrada vem apresentada como uma eleição de Pedro (n. 17), para seguir Jesus com um empenhamento total que implica o abandono de tudo (N. 18) sob a acção do Espírito que comunica os carismas para o serviço dos outros. Na diversidade dos carismas o mesmo Espírito orienta para uma missão particular (n. 19).

Fala-se dos *conselhos evangélicos* como um dom da Trindade (n. 20). É ela a que revela o seu sentido profundo de expressão do amor que o Filho tem para com o Pai na unidade do Espírito Santo. Praticando os conselhos evangélicos, a pessoa consagrada vive «com particular intensi-

dade» o carácter trinitário e cristológico da vida cristã. A *castidade* é um reflexo do amor infinito que une as três Pessoas divinas na vida trinitária. Cristo testemunhou-o com o dom da sua vida e pelo seu Espírito impulsiona-nos a dar uma resposta de amor total a Deus e aos irmãos. A *pobreza* confessa que Deus é a única verdadeira riqueza do ser humano e vivida à luz do exemplo de Jesus transforma-se em dom de si mesmo. A *obediência* vivida e praticada à imitação de Cristo manifesta a beleza libertadora de uma dependência filial e não servil (n. 21).

Também a *vida fraterna* é uma confissão da Trindade: do Pai que quer formar a única família humana; do Filho que veio realizar a fraternidade; do Espírito, que é vínculo de comunhão (n. 21). A *dimensão missionária* da consagração religiosa coloca a vida consagrada, como a de Cristo, ao serviço do Reino (n. 22).

b) Entre a Páscoa e o cumprimento definitivo

O compromisso ao serviço do Reino deve ser vivido na perspectiva pascal de morte e ressurreição (nn. 23-24). A dimensão missionária realiza-se, em primeiro lugar, através do testemunho de uma vida de entrega no seguimento de Jesus (n. 25). Uma manifestação externa de consagração é o *hábito* «adaptado convenientemente às circunstâncias dos tempos e dos lugares» e, onde as exigências apostólicas o requeiram, um vestuário simples mas digno, com um *símbolo apropriado* (n. 25).

A *dimensão escatológica* da vida consagrada é outro ponto que a primeira parte acentua (n. 26). Esta dimensão converte os consagrados em testemunhas do Reino que deve vir e leva-os a viver a esperança activa no dom e no compromisso da vigilância evangélica (n. 27).

A perspectiva trinitária volta a aparecer quando se fala da *Virgem Maria como modelo* de consagração e de seguimento de Jesus. Ela lembra aos consagrados o primado da iniciativa divina, é modelo de seguimento de Jesus e de docilidade ao Espírito Santo. Os consagrados encontram nela uma Mãe próxima (n. 28).

c) Na Igreja e para a Igreja

A *dimensão eclesial* da vida consagrada faz-se a partir da doutrina do Vaticano II. Afirma-se, antes de mais, que a vida consagrada pertence indiscutivelmente à vida e santidade da Igreja e que permanecerá sempre como um elemento essencial da mesma e que, estando presente desde o princípio, nunca lhe poderá faltar (n. 29).

No n. 30 reafirma-se o vínculo vital que existe entre a consagração mediante a *profissão dos conselhos evangélicos e a consagração baptismal*. Ao mesmo tempo chama-se a atenção de que se trata de um aprofundamento singular e fecundo da consagração baptismal na medida em que esta não contém em si necessariamente uma orientação para o celibato, a renúncia à possessão de bens e a obediência aos superiores segundo a forma própria dos conselhos evangélicos. A profissão destes supõe um dom singular do Espírito.

Também se apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como uma evolução da graça do sacramento da confirmação para produzir novos frutos de santidade e de apostolado. Isto diz-se igualmente dos sacerdotes que fazem a profissão dos conselhos evangélicos. Neles, o sacerdócio e a vida consagrada convergem numa unidade profunda e dinâmica (n. 30).

A perspectiva da *diversidade de vocações e serviços* na Igreja conduz a uma comunhão orgânica na diversidade de carismas e ministérios. Existe a unidade e a distinção entre as *várias formas de vida* nas quais se articula a vida da Igreja. Entre elas existem relações recíprocas. A igual dignidade entre todos os membros da Igreja é obra do Espírito e baseia-se no batismo e a confirmação, e acentua-se na Eucaristia, mas também a pluriformidade é obra Sua (n. 31).

Os *leigos* têm como característica peculiar, se bem que não exclusiva, a secularidade, os *ministros ordenados* a ministerialidade, as *pessoas consagradas* uma singular conformação a Cristo virgem, pobre e obediente (n. 31).

Neste conjunto harmonioso de dons, confia-se a cada um dos «estados de vida fundamentais» o encargo de exprimir ora uma ora outra dimensão do único mistério de Cristo. Os leigos têm a missão particular de fazer ressoar o anúncio do evangelho no âmbito das realidades temporais; aqueles que estão constituídos na Ordem sagrada têm um ministério no âmbito da comunhão eclesial: guiar o Povo de Deus mediante a Palavra, os sacramentos e o exercício da autoridade; os consagrados, por sua vez, manifestam a santidade da Igreja testemunhando o Evangelho das bem-aventuranças através de muitos modos, de acordo com os diferentes carismas (nn. 32-33).

A *imagem de Pedro e Maria* usa-se, no mesmo sentido de interpretação acomodatória, para manifestar que o ministério, simbolizado em Pedro, e a generosa disponibilidade do acolhimento, simbolizada em Maria,

estão ao serviço do povo cristão. O ministério oferece os meios de salvação, enquanto que a vida consagrada, no seguimento de Maria, exprime a fecundidade espiritual acolhendo a Palavra para colaborar na construção da nova humanidade com a sua doação e compromisso (n. 34).

d) Guiados pelo Espírito de santidade

A vida consagrada entranha um forte chamamento à santidade e encontra na profissão dos conselhos evangélicos um caminho particularmente eficaz para a alcançar. Basta recordar as expressões clássicas: «escola do serviço do Senhor», «escola de amor e de santidade», «caminho ou estado de perfeição» que querem manifestar quer a eficácia e a riqueza dos meios próprios desta forma de vida evangélica, quer o especial empenho requerido àqueles que a abraçam (n. 35).

Da *fidelidade criativa ao carisma* falam os nn. 36 e 37. Acentua-se a orientação trinitária dos carismas: encaminhamento para o *Pai*, no desejo de O procurar a Ele e à sua vontade através de um processo de conversão manifestado na vivência dos votos; um encaminhamento para o *Filho* a fim de viver em comunhão íntima com Ele e aprender a servir a Deus e aos irmãos; um encaminhamento para o *Espírito Santo* a fim de ser guiados por Ele e sustentados pela sua força. Ele manifesta-se na alegria e mesmo no meio das dificuldades e na «parusia» para testemunhar o Reino e as suas exigências (n. 36).

A fidelidade criativa exige a capacidade de repropor no mundo de hoje o valor, o espírito de iniciativa e a santidade concreta e criativa dos fundadores e das fundadoras como resposta aos sinais dos tempos (n. 37). Nas Regras e Constituições encontra-se um ponto de referência e um caminho de seguimento de Jesus, segundo o próprio carisma (n. 37).

O caminho da santidade comporta uma exigência de *abnegação evangélica*. Para a conseguir precisa-se de perseverar na oração e na ascese (n. 38) que ajudam a vencer as tentações, a enfrentar os desafios da vida evangélica e a purificar a cultura e outros valores terrenos (n. 38). Este *combate espiritual* é apresentado através de outra *imagem: a da luta de Jacob com o anjo*. Os consagrados e consagradas podem ler o símbolo do empenhamento ascético que os abre a Deus e aos outros (n. 38).

Um chamamento a *renovar o fervor na promoção da santidade* (n. 39) e a vencer o temor com uma renovada confiança (n. 39) fecham esta primeira parte do documento. Apresenta-se a formação para a oração

pessoal como um caminho privilegiado para amadurecer na fé e para viver a experiência de Deus, que conduz à autêntica mística. As pessoas consagradas são convidadas a ajudar os cristãos com iniciativas de pastoral da espiritualidade: «escolas de oração, retiros e recolecções espirituais, jornadas de deserto, escuta e direcção espiritual» para que possam progredir no caminho da oração como fonte de discernimento e compromisso (n. 39).

4. A segunda parte: *Signum fraternitatis*.

A vida consagrada sinal de comunhão na Igreja.

A segunda parte da Exortação apostólica (nn. 41-71), está dividida em três pontos:

- valores permanentes (nn. 41-58)
- continuidade na obra do Espírito Santo; fidelidade na novidade (nn. 59-62)
- olhando para o futuro (nn. 63-71)

a) Valores permanentes

O ponto de partida da segunda parte é novamente *trinitário*. A partir do momento em que o Espírito Santo introduz os crentes na participação da vida trinitária, a vida fraterna, com as suas exigências, é uma confissão da Trindade, criando um novo tipo de solidariedade (n. 41). Depois da Ascensão o dom do Espírito Santo criou comunidades fraternas à volta dos Apóstolos. Elas foram fonte de inspiração para a vida consagrada. As comunidades fraternas dos consagrados manifestam a força reconciliadora de Deus (n. 41).

O *amor recíproco* dos membros da comunidade faz presente o Senhor ressuscitado. É Ele quem guia os consagrados para porem tudo em comum: bens materiais e experiências espirituais, talentos, ideais apostólicos. A comunhão fraterna é um «espaço teologal» no qual se experimenta a presença do Senhor. O amor fraterno nutre-se da presença do Senhor Jesus na Palavra e na Eucaristia e purifica-se no Sacramento da Reconciliação (n. 42).

Os *Superiores* e as *Superiores* têm, na comunidade, um papel de coordenação e decisão para a vida espiritual e para a missão. A autoridade deve ser fraterna, espiritual e participativa no processo de decisão, mas compete-lhe a ela a última palavra (n. 43).

Nas comunidades, especialmente nas regiões do mundo em que aumenta o número das *pessoas consagradas idosas*, o seu cuidado e o das doentes é uma parte importante da vida fraterna. Estas pessoas estão chamadas a testemunhar o valor de uma vida e a continuar a viver a sua vocação de muitos e diversos modos, de acordo com a sua idade e as suas capacidades. A sua sabedoria e experiência podem ser uma grande ajuda para a comunidade (n. 44).

As comunidades de pessoas consagradas são, antes de tudo, *comunidades cristãs*. À imitação da comunidade primitiva de Jerusalém devem alimentar a vida fraterna com a escuta da Palavra de Deus, a adesão ao ensino dos Apóstolos, a oração assídua, a participação na fracção do pão, o partilhar dos bens da natureza e da graça. As comunidades fraternas são já uma contribuição para a nova evangelização porque mostram o efeito humanizador do Evangelho (n. 45).

É necessário viver hoje uma *espiritualidade da comunhão, numa Igreja de comunhão*. Os fundadores e as fundadoras mantiveram sempre vivo o sentido de Igreja que os levou a «sentir com a Igreja» e a aderir ao Magistério dos seus Pastores desde um olhar de fé que superava as fraquezas e deficiências humanas (n. 46). Esta fraternidade vive-se a diversos níveis. Em primeiro lugar o da *Igreja universal*. Neste nível as pessoas consagradas estão chamadas a converter-se em fermento de comunhão missionária. Daí que tenham um vínculo peculiar de comunhão com o carisma de unidade e de universalidade missionária, que é próprio do Sucessor de Pedro. Isto dá-lhes um carácter supra-diocesano, favorece a inculturação e, ao mesmo tempo, a abertura das culturas a uma dimensão de catolicidade (n. 47).

Outro nível de comunhão é o da *Igreja particular*. Nela se inserem com o seu carisma para o serviço do Povo de Deus através de relações mútuas de caridade e colaboração com os Bispos e entre os Institutos de vida consagrada. Isto não impede a justa autonomia de vida e de governo que permita conservar o seu próprio património carismático, espiritual e apostólico (n. 48).

O Bispo está chamado a favorecer uma *fecunda e ordenada comunhão eclesial*, reconhecendo e respeitando o carisma da vida consagrada e os diferentes carismas. Por sua vez, os consagrados deverão colaborar, no respeito pelo próprio carisma, na pastoral diocesana. A isenção não justifica iniciativas que se oponham às

exigências de uma comunhão orgânica. Para tal deseja-se: um diálogo constante, animado pela caridade, entre Bispos e Superiores dos Institutos de vida consagrada; a criação de comissões mistas de Bispos, Superiores e Superiores Maiores para examinar em conjunto os problemas de interesse comum e a participação nas estruturas organizativas dos Bispos e dos consagrados; o estudo da teologia e espiritualidade da vida consagrada nos Seminários diocesanos e a inserção da teologia da Igreja particular e da espiritualidade do clero diocesano na formação dos consagrados (nn. 49-50).

A Igreja «confia às comunidades de vida consagrada a missão particular de fazerem crescer a *espiritualidade da comunhão*» (n. 51), primeiro no seu seio e depois na comunidade eclesial e na sociedade, principalmente onde houver ódios e divisões étnicas. A vida fraterna tem uma função de *senal num mundo dividido e injusto*. Na sua diversidade cultural e social, as pessoas consagradas são chamadas a testemunhar o sentido e a possibilidade da comunhão entre povos, raças e culturas. Todos, mas de forma particular os Institutos internacionais têm essa missão de ajudar a ultrapassar os nacionalismos para manter «sempre vivo o sentido da comunhão entre os povos, as raças e as culturas» (n. 51). O desafio de compaginar a fidelidade ao carisma e a abertura à inculturação capacitam-nos para realizar eficazmente essa missão.

A eclesiologia de comunhão suscitou uma crescente *comunhão e colaboração entre os diversos Institutos* conservando sempre a identidade carismática própria de cada um (n. 52). As *Conferências de Superiores e Superiores Maiores e os Conselhos dos Institutos Seculares* promovem a vida consagrada e exprimem a comunhão entre eles procurando a forma de a reforçar. Essas Conferências de Superiores e Superiores Maiores devem estar em contacto e diálogo com a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, bem como com as Conferências Episcopais. Os organismos de conexão e de comunhão são úteis para resolver os problemas pastorais e para evitar dissonâncias teóricas e práticas (n. 53).

É importante que cresça a *comunhão e colaboração com os leigos* numa atitude «de colaboração e permuta de dons» (n. 54). Essa comunhão renovada entre consagrados e leigos favorece a «irradiação de frutuosa espiritualidade para além das fronteiras do Instituto» e renova o dinamismo espiritual e apostólico (n. 55). Finalmente, há que estar abertos

à «nova forma dos chamados “membros associados”». As pessoas consagradas, de igual modo, poderão colaborar em iniciativas laicais, sobretudo no trabalho das organizações que se interessam pelos pobres e marginalizados. Fá-lo-ão sempre em obediência aos seus Superiores e Superiores. O mesmo se deve afirmar da participação nos «movimentos eclesiais» contemporâneos. Essa participação não deve entrar em conflito com as exigências da vida em comum e a espiritualidade do próprio Instituto. O seu carisma e a sua disciplina devem ser respeitados (n. 56).

A Exortação recorda o elevado número de mulheres que participaram no Sínodo. Isso permitiu que se escutasse a sua voz e que, através dela, se tomasse consciência da *sua dignidade e do seu papel na sociedade e na Igreja*. Por isso é necessário que, mais claramente, sejam reconhecidas a sua capacidade e a sua missão porque «o futuro da nova evangelização, como aliás de todas as outras formas de acção missionária, é impensável sem uma renovada contribuição das mulheres, especialmente das mulheres consagradas» (n. 57). Isto requer que se lhes abram novas perspectivas de presença e de acção criando-lhes «espaços de participação nos vários sectores e a todos os níveis, mesmo nos processos de elaboração das decisões, sobretudo naquilo que lhes diz respeito» (n. 58). Também no campo da reflexão teológica, cultural e espiritual muito se espera do «génio» feminino. Requer-se uma formação adequada para que possam ocupar devidamente esses novos espaços de responsabilidade (n. 58).

b) Continuidade na obra do Espírito: fidelidade na novidade

No Sínodo foram discutidas *três grandes questões*, que serão examinadas no segundo ponto da segunda parte da Exortação Apostólica:

- as monjas de clausura (n. 59)
- os religiosos irmãos e os Institutos mistos (nn. 60-61)
- novas formas de vida evangélica (n. 62)

No seguimento do tema da mulher consagrada na Igreja, aborda-se o ponto da *clausura das monjas e das federações* entre os mosteiros. Reconhece-se o valor desse carisma na Igreja e a sua missão dentro do Povo de Deus e pede-se às monjas fidelidade à vida claustral segundo o próprio carisma. O Santo Padre pede que, conservando os valores espirituais permanentes da clausura, se faça uma revisão da legislação existente de acordo com as sugestões dos Padres sinodais que tiveram em consideração «ao mesmo tempo, diversos pedidos, recebidos de

vários lados, relativos à disciplina concreta da mesma». Elas «serão objecto de uma orgânica consideração, na linha do caminho de renovação já encetado a partir do Concílio Vaticano II» (n. 59).

Outro ponto considerado, e que diz respeito às monjas de clausura, foi o das Associações e Federações entre os mosteiros, já recomendadas por Pio XII, em 1951. Fala-se da colaboração que podem oferecer para resolver eficazmente problemas comuns como sejam o da renovação, a formação inicial e permanente ao nível humano, intelectual e espiritual, a ajuda mútua económica e a reorganização dos próprios mosteiros, salvaguardando sempre a sua legítima autonomia (n. 59).

Sobre os *religiosos irmãos e os Institutos clericais e «mistos»* – um dos temas mais debatidos no Sínodo – diz-se que «a vida religiosa laical», tanto a masculina como a feminina, constitui por si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos. Realça-se o apreço pela missão que os irmãos e as irmãs realizam de muitas maneiras (n. 60). O problema dos irmãos nos Institutos designados «clericais» no que se refere à igualdade de direitos e obrigações, incluída a possibilidade de ser superiores que lhes é negada, deverá ser estudado por uma comissão para resolver as questões relacionadas com o tema, especialmente para aqueles Institutos designados «mistos» no Sínodo; Institutos nos quais, segundo o carisma do fundador, todos os membros eram considerados iguais na vida de comunidade e que, com o tempo, se clericalizaram (n. 61).

As novas formas de vida evangélica – outro dos temas importantes do Sínodo – são recebidas como fruto da acção do Espírito Santo. Contudo, afirma-se que somente podem ser consideradas novas formas de vida consagrada aquelas que reúnem os elementos teológicos e canónicos, mesmo que tenham outros peculiares. A autoridade da Igreja deverá proceder com discernimento antes de aprovar essas novas formas. Será criada uma comissão para estabelecer critérios claros de autenticidade. Essa comissão examinará as coisas e verá se chegou o tempo de sugerir ao Papa a oportunidade de instituir uma nova forma de consagração de vida na Igreja. Estas novas formas associativas não substituem as existentes que continuam a ter validade e que, com fidelidade criativa e madura ao seu carisma, continuam a ocupar um lugar necessário na Igreja. Poderá ser enriquecedor para ambas as partes o diálogo entre as formas de vida consagrada tradicionais e as novas (n. 62).

c) *Olhando para o futuro*

Neste último ponto da segunda parte, o documento volta os seus olhos para o futuro a fim de tratar os problemas inerentes à crise, selecção e discernimento vocacionais e à formação inicial e permanente da vida consagrada.

A primeira questão tratada é a dos *Institutos em vias de extinção e a necessária reorganização das obras* nos quais se vêem mais afectados pela crise vocacional. Quanto aos primeiros, agradecem-se os serviços que prestaram e convidam-se a viver a realidade de um possível desaparecimento à luz do mistério pascal. Os que têm o problema da reestruturação, são convidados a enfrentar com discernimento evangélico e com esperança o desafio da reorganização das obras (n. 63).

Constata-se que, enquanto *nalgumas regiões* do mundo, anteriormente ricas em vocações, se vive uma *crise vocacional, noutras as vocações abundam*. É necessário oferecer o testemunho da vida e uma catequese adequada sobre a vida consagrada. Não há que deixar-se desanimar pela escassez de vocações nem ceder à tentação de um recrutamento vocacional fácil. Há que organizar a pastoral vocacional no seio das Igrejas locais de forma harmoniosa e dedicar à pastoral juvenil as pessoas mais válidas e preparadas (n. 64).

A *formação inicial* é um compromisso fundamental para o futuro da vida consagrada. Há que orientá-la para um seguimento de Jesus que conduza ao crescimento da pessoa consagrada na sua oblação a Deus e aos demais. Recomenda-se ter presentes os aspectos humano, cristão e de vida consagrada para que cresçam harmoniosamente a pessoa, o crente e o consagrado (n. 65).

O trabalho da formação exige, antes de mais, a *formação dos formadores e das formadoras* para poder contar com pessoas idóneas para essa tarefa. Há o dever de criar estruturas adequadas para a formação dos formadores nos diversos ambientes culturais. A ajuda dos Institutos de tradição mais antiga no campo formativo poderá favorecer o desenvolvimento dos Institutos de formação mais recente (n. 66).

A formação exige a *dimensão comunitária e apostólica*. A comunidade é o lugar privilegiado da formação, onde se descobre o dom da fraternidade que encaminha para o serviço. Esta vida comunitária não pode descuidar a sua finalidade missionária e apostólica. Logo desde o princípio,

nos Institutos de vida apostólica, procurar-se-á ter um contacto com a realidade, uma formação para uma consciência crítica e experiências pastorais concretas com o acompanhamento prudente dos formadores e das formadoras. O ideal que se deve propor é o de ir conseguindo uma unidade de vida até descobrir que «a oração é a alma do apostolado, mas que também o apostolado vivifica e estimula a oração» (n. 67).

Um projecto formativo (*Ratio institutionis*) completo e actualizado é necessário para todos os Institutos, inclusive para os de vida claustral. Nesse projecto apresentar-se-á o carisma de forma dinâmica, como objectivo e como método. Uma abertura à inculturação do carisma permitirá viver a formação como um processo vital (n. 68).

À *formação permanente* estão dedicados os três últimos números da segunda parte da Exortação. Começam com a constatação da necessidade desta formação contínua para os Institutos de vida activa e de vida contemplativa (n. 69). Dentro da formação permanente, os primeiros anos de vida apostólica representam uma etapa crítica e, portanto, deve-se criar uma estrutura de apoio e de acompanhamento para as e os jovens consagrados. Na fase seguinte há que enfrentar o risco da rotina e, mais adiante, o perigo do endurecimento e insensibilidade frente aos novos desafios. A formação permanente tem a função de ajudar a viver e a assumir essas etapas de forma madura e dinâmica. Finalmente, quando se aproxima a idade avançada, um ponderado programa de formação permanente preparará para uma reacção madura, humana e espiritual, diante das limitações da velhice (n. 70).

As *dimensões da formação permanente* são: a vida no Espírito, alimentada pela escuta da Palavra de Deus e pela oração; o aspecto humano e comunitário que encaminha para uma maturidade nas relações humanas; a dimensão apostólica que exige o esforço criativo para responder aos desafios das circunstâncias históricas e culturais; a dimensão cultural e profissional, sempre necessitada de uma actualização permanente; a dimensão carismática do próprio Instituto, que requer o estudo assíduo e constante de um aprofundamento do carisma nas suas várias componentes (n. 71).

(*Continua no próximo número*)

